



Departamento de Sociologia

# Associativismo e Regulação Social nas Sociedades de Democracia Complexa

Estudo realizado em contexto de realojamento social

Simão Cardoso Leitão

Trabalho submetido como requisito parcial para obtenção do Grau de

Mestre em Planeamento e Avaliação de Processos de  
Desenvolvimento

**Orientadora**

Professora Doutora Maria João Freitas

Outubro, 2009

# Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, à Orientadora deste trabalho, Professora Doutora Maria João Freitas, não só pelo esperado acompanhamento e estímulo, mas sobretudo pelo cuidado e apoio dado ao longo de todo o processo de investigação, que possibilitou por exemplo aprimorar as linhas orientadoras, aprofundar teses e pensamentos dos autores mobilizados e, ainda mais importante, acrescentar capacidade de reflexão crítica sobre as perspectivas exploradas e os dados empíricos recolhidos.

Agradeço também aos meus colegas de profissão: Gustavo Pereira, Joaquim Ramos, Alexandre Silva e Sara Costa que me apoiaram de inúmeras formas técnicas, científicas e administrativamente.

Agradeço a todos os entrevistados e demais participantes no processo de investigação pela disponibilidade demonstrada e pela riqueza do seu contributo.

Uma última palavra de gratidão para todos os que me são próximos pelo suporte contemplativo, emocional e estímulo reflexivo que constitui a base de tudo o que produzo na vida.

## RESUMO

O paradigma de regulação social que emergiu com a modernidade levou os mais eminentes pensadores sociais a questionarem-se sobre o papel das associações. Incidindo sobre a realidade associativa de um bairro social, este trabalho procura lançar pistas sobre a reflexão em torno deste movimento que ganhou novo fôlego com a passagem do capitalismo organizado para o capitalismo desorganizado, e a conseqüente chamada falência do Estado-Providência nas sociedades de democracia complexa.

No contexto estudado, num estudo que se caracteriza como exploratório, a matriz Top-down de natureza *corporativa* (Cohem e Rogers) e de *gestão e prestação de serviços* (Viegas) domina o quadro associativo. Confirmam-se também as teses de Habermas e das macroteorias no sentido de associarem a racionalidade dirigida a fins práticos ou a auto-mobilização associativa como factores importantes no envolvimento dos indivíduos. Em termos globais os dados apontam para um fosso, se não mesmo uma dificuldade estruturante, entre o almejado modelo de governância e a realidade observada. Justificam-se portanto, neste caso, as teses na linha de Weber, que falam de uma relação de troca, onde o associativismo mantém um papel domesticador, mas contribui para a diminuição dos riscos de anomia individual. A emancipação social a existir só se tornará efectivamente visível, para maior parte dos casos, em termos geracionais.

**Palavras Chave:** regulação social; associativismo; sociedades de democracia complexa

## ABSTRACT

The social regulation paradigm, which emerged with the Modern Age led the most prominent social thinkers to question the role of associations. By focusing on the reality of associations from a public housing neighbourhood, this paper aims to propose new approaches for thought and discussion around this movement. It has gained new momentum with the transition from organised to disorganised capitalism, and the subsequent so called collapse of the welfare state in complex democracy societies.

In this exploratory research, focusing on the context observed, in the scope of the associative Framework, the top-down *corporative* (Cohem e Rogers) and *management and provision of services* (Viegas) matrix is dominant. One can also confirm Habermas' theses and macro theories, in the sense that these relate rationality directed at practical ends and the self-mobilisation of associations as important factors in the involvement of individuals. On the whole, the data indicate a gap, if not a structuring difficulty, between the desired governance paradigm and the reality observed. Therefore, in this case, one can deem as justified, theses' deriving from Weber's describing exchange-based relationships, where associativism maintains a domesticative role, but also contributes to a decrease in the risk of individual anomie. When and where social emancipation exists, in most cases, it can only become effectively visible from generation to generation.

**Keywords:** social regulation; associativism; complex democracy societies

# Índice

|                 |     |
|-----------------|-----|
| Introdução..... | iii |
|-----------------|-----|

## **Do problema ao Objecto de Estudo**

|   |   |
|---|---|
| Associativismo e Regulação Social nas Sociedades Modernas Contemporâneas..... | 1 |
| Apresentação do Objecto de Estudo .....                                       | 7 |

## **Top-down ao Nível Macro e Micro**

|   |    |
|---|----|
| Associativismo, Cidadania e Combate à Exclusão Social:<br>a especificidade portuguesa ..... | 10 |
| Ceuta Sul; Ceuta Norte e Cabrinha: breve caracterização.....                                | 14 |

## **Lugar e Lógicas de Actuação da Instituições sem Fins Lucrativos no Combate à Exclusão**

|  |    |
|--|----|
| Sobre a Noção de Exclusão Social.....                          | 18 |
| Incursão Sobre o Mundo do Combate à Exclusão Social.....       | 24 |
| Associativismo: um problema de participação e integração ..... | 33 |
| Terceiro Sector e o Combate à Exclusão Social.....             | 36 |
| Hipóteses de Trabalho.....                                     | 40 |

## **Metodologia e Estratégia de Pesquisa**

|   |    |
|---|----|
| Relação Entre o Problema e a Estratégia da Pesquisa ..... | 43 |
| Operacionalização da Estratégia da Pesquisa .....         | 44 |

|   |    |
|---|----|
| As técnicas de tratamento e análise da informação ..... | 45 |
|---|----|

### **Análise de Dados**

|   |    |
|---|----|
| Uma Leitura dos Contornos Constitutivos e Estatutários..... | 47 |
| Sobre os Aspectos Organizativos.....                        | 50 |
| Visões sobre o Problema da Exclusão.....                    | 55 |
| Análise das Intervenções Desencadeadas.....                 | 59 |
| Publico alvo, abordagens e estratégias de intervenção.....  | 59 |
| Linhas de actuação e actividades desenvolvidas.....         | 62 |
| Sobre [as dificuldades de] envolvimento da população.....   | 64 |
| Á descoberta dos parceiros.....                             | 68 |
| Notas conclusivas.....                                      | 70 |
| Bibliografia.....   | 77 |
| Anexo 1: Guião de Entrevista.....                           | 80 |

## **Introdução**

O texto que se apresenta de seguida insere-se no quadro do mestrado de “Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento” promovido nos anos 2006/2007 e 2007/2008 pelo Departamento de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

A matriz do curso de mestrado – anterior à introdução do processo de Bolonha – propõe que em complemento com o conjunto de trabalhos produzidos ao longo do período curricular, os discentes produzam uma dissertação. Assim, o cumprimento dos requisitos para obtenção do grau de Mestre, requerem não só a aprovação no conjunto de disciplinas propostas no plano de estudos, como também a demonstração de capacidade realização de processos de investigação de acordo com os trâmites estipulados como adequados, na comunidade científica a que se submete o candidato para efeitos de avaliação. É nesta linha que se justifica a apresentação do presente texto, que resulta de um processo de investigação iniciado em Novembro de 2007 e que se prolongou por dois anos.

O primeiro problema colocado no processo de investigação relacionou-se com a selecção do objecto de estudo que servisse de base ao trabalho a realizar. Este teria de respeitar três critérios fundamentais: i) enquadrar-se dentro da linha temática proposta pelo Mestrado frequentado; ii) Constituir-se enquanto problema científico relevante no quadro actual; iii) ir ao encontro dos nossos interesses e motivações particulares.

A matriz curricular do curso de mestrado abriu um leque bastante vasto de temáticas, cuja baliza principal se situou ao nível da compressão dos processos subjacentes à vida em sociedade. De entre todos os possíveis problemas, tornou-se mais interessante, os que têm preocupado a sociologia, por ser esta a base de formação académica de proveniência e por ser

esta a disciplina científica que continua a animar a perspectiva segundo a qual se compreende o substrato social de forma mais próxima.

Ainda com um vasto leque de problemas possíveis, optou-se pelo estudo do lugar das associações nas democracias complexas contemporâneas como forma de aprofundar teórica e cientificamente um tema sob o qual nos temos debruçado do ponto de vista profissional. Ao nível da pertinência, da actualidade e da relevância deste problema, o associativismo não só tem marcado presença nas reflexões dos principais autores que se têm preocupado com o estudo da vida em sociedade, nas diferentes áreas, como ganhou e mantém uma crescente importância social nos diferentes sectores, desde o recreativo/desportivo, até ao político/reivindicativo, passando pelo social, económico e cultural.

Como diz Bourdieu (1994), os objectos só podem ser verdadeiramente compreendidos com referência ao contexto que os envolve. Por isso importou também circunscrever a unidade de análise. Neste caso a preocupação fundamental foi a de garantir condições que permitissem recolher informação válida e relevante no menor curto espaço de tempo possível, em função das limitações subjacentes à prossecução de um processo científico realizado de forma simultânea com obrigações profissionais exigentes, que ainda para mais se encontrava sob repressão face à revisão curricular imposta pela introdução do processo de Bolonha nos mestrados dos anos seguintes.

Desta feita, a especificidade associativa do Vale de Alcântara, a familiaridade com a zona e o cruzamento com necessidades profissionais levou a fazer incidir este trabalho de investigação sobre os Bairros do Cabrinha, Ceuta Sul e Loureiro, que acolheram no princípio da década os cidadãos residentes no ex-Casal Ventoso e que desde então tem sido alvo de uma intensa intervenção pública ao nível social, principalmente por via do Programa de Iniciativa Comunitária Urban. Em termos mais específicos pretende-se com este estudo:

- Caracterizar o tecido associativo da Zona Urban do Vale de Alcântara,
- Conhecer os objectivos e lógicas de funcionamento subjacentes a estas associações, nomeadamente no que diz respeito às suas matrizes organizacionais, as estratégias de intervenção e relação institucional desenvolvidas.
- Questionar o papel das associações dos bairros Ceuta Sul, Ceuta Norte e Quinta do Cabrinha enquanto instrumentos de promoção da integração e participação social e política da população residente.

Para cada uma das partes da dissertação que se seguem, procurou-se mobilizar autores e conceitos que se interligam e que no conjunto criam o fio condutor para uma leitura dos resultados e das conclusões que apresentamos no fim do texto.

Na abordagem ao problema recorre-se a autores como Jean Jacques Rousseau, Emile Durkheim, Alexis de Tocqueville, Max Weber, Jürgen Habermas e T. H. Marshall (1977) com o objectivo de expor a tensão dialéctica à qual ficou submetida as sociedades modernas do ponto de vista da regulação social, dando elementos que ajudam a situar as associações na realidade emergente. Durante este primeiro capítulo são ainda evocados José Manuel Viegas, Eduardo Costa Dias, Sirgrid Robteutscher, Rui Namorado, Mozzoli E., entre outros, por apoiarem a construção de um quadro de consolidação do problema, tal como ele se apresenta na actualidade. Termina-se este capítulo com a apresentação do objecto de estudo.

Boaventura Sousa Santos, J. M. Barbalet, André Freire e Ésaúl Dinis são principais ancoras para introduzir aquilo que se pode chamar de especificidade portuguesa quando se fala de regulação social, cidadania e movimento associativo na modernidade. Jordi Estevil, Medina Carreira, Rogério Roque Amaro e José Manuel Henriques servem-nos de apoio para uma compreensão das políticas e medidas de integração desenvolvidas após a revolução de 1974. Já os trabalhos de Miguel Chaves, Simão Cardoso Leitão e Gustavo Pereira fornecem respectivamente os elementos para uma compreensão do processo histórico do Casal Ventoso e a estatística necessária a caracterização da população realojada nos bairros onde se localizam as associações que serão alvo de análise.

Na terceira parte da dissertação trabalha-se conceitos como exclusão, associativismo e terceiro sector, nas suas relações com o processo de integração e participação suportados nas sínteses teóricas realizadas por Estevil, Robteutscher e Namorado, que são complementadas pelas visões introduzidas por Luis Capucha, Bruto da Costa, entre outros.

Depois de se fazer referencia à estratégia que presidiu à investigação, termina-se esta dissertação com uma análise dos dados recolhidos, à luz do quadro teórico contido na terceira parte, tendo em conta o contexto apresentado na segunda parte e procurando dar resposta ao problema levantado na primeira parte deste trabalho.



## Do Problema ao Objecto de Estudo

### *Associativismo e Regulação Social nas Sociedades Modernas Contemporâneas*

O renascimento do século XV inicia um movimento cultural e civilizacional, que se desenvolve ao longo dos séculos XVI – com o *Humanismo* – XVII e XVIII – com o *Iluminismo* e *Liberalismo* –, que rompe com antigas formas de solidariedade e regulação social assentes nas relações senhoriais, familiares, grupos de parentesco ou corporações profissionais. Neste sistema os indivíduos viam-se como membros de grupos de referência fixos e os papéis, baseados na honra e na fidelidade, apareciam determinados de forma rígida. Até então as sociedades eram caracterizadas por hierarquias rigidamente definidas, onde a mobilidade social era praticamente nula e a participação política encontrava-se circunscrita aos meandros da corte em última análise controlada em absoluto pelo rei.

A partir das propostas de Jean Jacques Rousseau e Charles de Montesquieu, apresentadas respectivamente nas obras “*O Contrato Social*” e “*O Espírito das Leis*” – que viriam a ser impulsionadas historicamente pela Monarquia Constitucional Inglesa, pela Independência dos Estados Unidos da América (EUA) e pela Revolução Francesa – a regulação social dos Estados modernos altera-se profundamente e passará a estar fundada nos princípios: separação de poderes, igualdade de todos os cidadãos perante a lei e liberdade individual. De acordo com esta concepção, que em termos práticos acarretou desde o início uma certa incompatibilidade e tensão entre a *igualdade* e a *liberdade*, ao Estado caberia principalmente o papel regulador e garante do cumprimento das leis<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Estamos perante o que Michel Miaille (2000) denominou de passagem de uma cidadania baseada na submissão para uma cidadania de emancipação.

Não nos importa aqui explorar a dinâmica que teve na base destas transformações sociais<sup>2</sup>, mas tão só constatar que após séculos de regulação social, em que a identidade e o sentimento de pertença comunitária esteve fundada em torno de instituições e relações sociais tendencialmente estáveis, a modernidade imprime um conjunto de mudanças de representação e valor que abalam a estrutura tradicional e convocam uma transformação das antigas forma de sociabilidade.

Do ponto de vista de Emile Durkheim (1982 e 1977), num contexto de regulação social assente na *solidariedade orgânica*, o principal desafio das sociedades modernas passa por criar mecanismos capazes de diminuir os riscos de *anomia*. Na perspectiva Durkheimiana, a via coerciva do Estado e a sua relativa distancia face aos cidadãos, juntamente com o retraimento das vinculações religiosas e familiares e o fim das relações senhoriais, deixa as corporações de base material nos sectores produtivos como o melhor terreno de criação de uma *consciência moral colectiva*.

Alexis de Tocqueville (sd) ao reflectir sobre os mesmos processos de transformação no contexto dos EUA, apresenta o associativismo, conjuntamente com a administração local e regional, como meios de compatibilização entre a liberdade e a igualdade nas sociedades democráticas. As associações para Tocqueville são instrumentos de resistência contra a tendência tirânica do Estado e de diminuição dos riscos advindos da igualdade, na medida em que ao criarem novas formas de sociabilidade assentes no interesse pela gestão comunitária e destino comum de toda a nação, estimulam a mobilização e a participação social, ao mesmo tempo que evitam a perda de identidade e isolamento social, resultante da atomização dos indivíduos. Assim, as associações, se por um lado, são garante da liberdade, por outro, são fonte de estabilidade capazes de evitar movimentos revolucionários.

Não obstante as particularidades teóricas destes dois autores, ambos defendem a necessidade de um maior protagonismo das associações nas sociedades modernas dado acreditarem que elas desempenham um importante papel como mecanismo de regulação social e democrático pelas vias da integração e participação social, face à perda de referencias tradicionais e à necessidade de conter a tendência anti-democrática do Estado. Dito de outra

---

<sup>2</sup> Sobre este assunto v. entre outros Jürgen Habermas (1992) , Max Weber (1944), Emile Durkheim (1982) e Karl Marx (1975).

forma, as associações apresentam-se com a função de mediação e de organização e expressão das identidades<sup>3</sup>.

Max Weber (1944), por outro lado, criticou a vida associativa, afirmando que esta retirava liberdade individual e inspiração intelectual em troca da integração social. As associações na sua óptica eram instrumentos de controlo social, na medida em que os militantes se submetem a um determinado mandato administrativo. Nesta linha teórica, o associativismo remete, embora reconheça a possibilidade de existência de exceções à regra, para um quadro de dominação. Por outro lado, Weber chama a atenção para o facto das relações de dominação, com excepção da escravidão, serem caracterizadas por uma certa adesão voluntária das partes e poder ser motivada por interesses particulares dos dominados. É assim estabelecido uma ligação entre a integração e a emancipação individual.

De facto, apesar da modernidade acarretar um movimento de conquistas individuais, o século XIX e a primeira metade do século XX, sobrepuseram os ideais colectivistas de classe, de nação, de raça ou tradição aos indivíduos e aos seus direitos. Já o *Estado-providência*, do pós II Grande Guerra, com os princípios base de estabilidade democrática, paz social e desenvolvimento económico, proporcionou a conjugação das políticas sociais e de regulação económica, com a política de concertação social. Nesta fase, apesar da consolidação dos direitos sociais, a verdade é que os indivíduos continuaram a ter um papel passivo, cabendo às cúpulas dos parceiros sociais e ao Estado o protagonismo político (José Manuel Viegas e Eduardo Costa Dias, 2000)

Jürgen Habermas (1987) ao constatar que o Estado-Providência se orientava para a resolução das disfuncionalidades do sistema, tendo como principal preocupação a resolução de questões técnicas em detrimento da realização de *fins práticos*, chama a atenção para o perigo de despolitização da *esfera pública*. Na perspectiva deste autor, estando as soluções técnicas fora do âmbito da discussão pública, ao excluir as questões prática, o Estado exclui também a discussão sobre os critérios acessíveis à formação da vontade democrática.

São portanto as alterações verificadas com a passagem do *capitalismo organizado*, para o *capitalismo desorganizado*, e a denominada falência do Estado-Providência, operada a

---

<sup>3</sup> Destaca-se neste período histórico o papel dos sindicatos e das organizações profissionais, fortemente ancoradas nos interesses de classe.

partir da década de 60<sup>4</sup>, que reforçam a importância do papel da *sociedade civil*<sup>5</sup>, e das associações em particular, nos processos de regulação social. Por um lado, assiste-se a diversificação dos âmbitos de acção e reivindicação com o surgimento dos *novos movimentos sociais*, por outro, a transformações significativas na forma como estas estruturas se organizam internamente no sentido de uma maior flexibilidade e horizontalidade funcional.

Em termos genéricos, e na base dos estudos e reflexões realizadas na tentativa de caracterizar o que alguns chamaram de *modernidade tardia*<sup>6</sup>, podemos dizer que depois de décadas em que foi sustentado o sonho de colmatar as lacunas dos sistemas sociais como forma de manter a pureza de um «*homem naturalmente bom*» (Rousseau), a modernidade viu-se confrontada com uma crescente desconfiança em relação às estruturas do Estado e progresso técnico-científico. Em sua substituição surge um modelo que tem vindo a apostar no desenvolvimento do *potencial humano* onde o indivíduo constrói o seu próprio quadro de referências, que muitas vezes foge aos padrões estandardizados da *racionalidade dirigida a fins* – tal como a entende Habermas (1997) –, na base de uma cultura cada vez mais experimentalista, tolerante e expressiva, que têm conquistado com mais (ex. esfera familiar e relações de afinidade) ou menos (ex. esfera económica e política) intensidade todos os campos da vida social, levando mesmo alguns a falar da *impulsão do social*<sup>7</sup>.

Trata-se assim de um processo de desinstitucionalização da sociedade onde se regista uma progressiva autonomização das opções individuais face ao que está socialmente

---

<sup>4</sup> O Maio de 68, e particularmente o Movimento Estudantil aparece aqui como o evento de referência das transformações iniciadas nas últimas décadas do século passado. O movimento estudantil de 60, tem as seguintes características: i) oposição ao produtivismo e consumismo uma ideologia anti-produtiva e pós-materialista, ii) identifica opressores ao nível da produção e reprodução social e oposição ao debate e participação política; iii) declara o fim da hegemonia operária nas lutas pela emancipação social e legitima a emergência de novos agentes sociais de base transclassista. (Boaventura Sousa Santos, 1994: pp. 215).

<sup>5</sup> Para Hegel a sociedade civil aparece como um conjunto das relações económicas e contra económicas para lá das ligações familiares e do Estado. É um sistema de dependência de indivíduos para a sua subsistência, o seu bem estar e os seus direitos que se exprimem em várias dimensões: i) no sistema de necessidades (propriedade, produção e trabalho); ii) a defesa da liberdade e da propriedade como exercício da justiça; iii) garante de um bem comum; iv) lugar de interesses particulares, sobre determinados pela racionalidade do Estado que vai ao encontro dos caprichos dos indivíduos, não tendo estes últimos racionalidade, objectividade e ética a não ser enquanto membros de um Estado.

<sup>6</sup> Admitimos o termo modernidade tardia como mais adequado para caracterizar as sociedades contemporâneas desenvolvidas em detrimento de *pós-modernidade*, por entendermos as suas características centrais já se encontram fortemente marcadas pelos mecanismos advindos da passagem das sociedades tradicionais para as sociedades modernas. Sobre as características centrais da modernidade tardia nos diferentes campos da vida social v. entre outros: Anthony Giddens (1995 e 2000), Ulrich Beck (1992), Pierre Bourdieu (1994), Peter Berger e Thomas Luckmann (1998) e Zygmunt Bauman (2000).

<sup>7</sup> A tese do fim do social continua a ter alguma relevância na compreensão das sociedades modernas contemporâneas. V. entre outros Baudrillard (1987) e Bauman (2000).

instituído e uma democratização das relações humanas, que assenta cada vez mais na negociação, sem que os indivíduos possam, no entanto, prescindir de um lugar de identificação que os mantêm organizados em sociedades mais ou menos espartilhadas.

As tendências parecem ter implicações de duas ordens: por um lado, o alargamento das possibilidades de individuação, por via da libertação das lógicas de dominação institucionais, e por outro, um aumento da desidentificação e marginalização social, no que diz respeito aos que encontram dificuldades de integração na lógica espartilhada e geradora de desigualdades, que caracteriza as sociedades contemporâneas ditas desenvolvidas.

No campo político, ao mesmo tempo que o Estado passa a ser apresentado como mau gestor – noção largamente reforçada com a queda do Bloco Soviético – surgem novas reivindicações associadas à adesão a valores pós-materialistas, que segundo Ronald Inglehart (1990), são em grande medida induzidos pela melhoria das condições sociais e acréscimo do nível de instrução e qualificado técnica e profissional. Encontram-se entre estas reivindicações as ambientais, as culturais, de defesa dos consumidores e da privacidade. Emerge assim uma quarta dimensão do conceito de cidadania – a acrescentar às que são apresentadas por T. H. Marshall (1977) (direitos cívicos, políticos e sociais)<sup>8</sup> – que alguns denominaram de direitos de qualidade de vida.

Por outro lado, ao mesmo tempo que o processo de globalização exerce pressão no sentido de um esvaziamento do Estado-Nação a favor de instâncias e grupos de pressão internacionais, a complexificação dos problemas e o recentramento nos particularismos regionais, étnicos e religiosos (mais sensíveis à gestão quotidiana e quase directa dos bairros e dos equipamentos, dado a ineficácia da democracia representativa) criam espaços e novos discursos de intervenção para os indivíduos, mas principalmente para as associações, exigindo uma difusão do poder executivo a favor das instâncias e grupos locais (Viegas e Costa Dias, 2000).

No que diz respeito à protecção social, o retraimento do Estado e o recuo das políticas de compensação é correlativo ao processo de alargamento da responsabilização da sociedade

---

<sup>8</sup> Mal grado os problemas relacionados com a inadequação da cadência de expansão dos direitos de cidadania, a tipologia proposta por T.H. Marshall, continua a ser uma referência relevante na caracterização das dimensões deste fenómeno. Retomaremos este assunto mais à frente.

civil, em particular das estruturas privadas, e entre estas as que não têm fim lucrativos. De onde se tem registado uma certa tensão entre a perspectiva defensora do modelo *Top-down* e a que defende o modelo *bottom-up*, com crescente prevalência do segundo relativamente ao primeiro quando comparamos com um passado recente.

Neste novo contexto, onde o Estado é tendencialmente remetido para um papel de regulação, é reforçada a perspectiva segundo a qual o cidadão é visto como actor participante e responsável do processo de governação, não só através dos actos formais da democracia representativa, mas também pela intervenção directa nos diferentes mecanismos disponíveis de participação cívica, política, económica, social e de qualidade de vida, no que se tem denominado de governância.

No cômputo geral o cidadão das democracias complexas quer-se “agente participante e responsável do processo, quer como beneficiário da protecção social, quer como interventor nos mecanismos instituídos” (Viegas e Costa Dias, 2000: 3). No entanto a forma como se organizam as democracias e a intrinsecamente relacionada<sup>9</sup> – mas também relativamente autónoma –, fraca implementação da participação automobilizada remete os indivíduos para um papel iminentemente passivo. Partindo do pressuposto que o que define a democracia é a capacidade dos cidadãos decidirem sobre a organização colectiva da sociedade, e face às limitações que caracterizam o funcionamento dos sistemas democráticos complexos, nomeadamente no contexto europeu, têm sido exigidas revisões ou adaptações do quadro regulador da intervenção dos cidadãos na vida social. É exemplo disto a proposta de Dryzek e Wynne no sentido de uma democracia *discursiva* ou *cognitiva*, ou de Spybey e MacGrew, no sentido da *cidadania global*, da *democracia administrativa* de Austin ou ainda a reclamação de Beck no sentido de uma *reinvenção da política* (Viegas e Costa Dias, 2000).

De entre as diferentes propostas de regulação social re-emerge a discussão em torno do papel das associações enquanto mecanismos capazes de responder aos desafios das sociedades contemporâneas, em termos de integração e participação social e política dos indivíduos.

---

<sup>9</sup> Sobre a forma como a organização das democracias complexas condiciona a participação automobilizada dos cidadãos ver entre outros ver Habermas (1987) e Juan Mozzicafredo (1997 e 1998).

O problema empírico das alternativas ao Estado-Providencia fundamentadas na militância associativa é que os estudos demonstram que em contexto europeu a percentagem dos indivíduos organizados em associações nunca chega a ultrapassar os 20%, sendo que a maior parte deles tem um papel mais nominal que efectivo e pertence às elites culturais e económicas (Robteutscher, 2000). Por outro lado, é entendido que em contextos de pobreza a reivindicação é marcada por um carácter nulo ou envergonhado e a representação da cidadania está ausente ou é caracterizada por um sentimento fatalista de minoridade (Capucha, 1992 e Ferreira de Almeida et al., 1992). Quer isto dizer que, no contexto europeu<sup>10</sup>, os indivíduos de baixo nível económico e cultural, não só são tendencialmente menos participativos, como a sua participação é na maior parte dos casos sujeita a condicionalismos externos, como seja os interesses dos mediadores em quem depositam a esperança de interlocução junto de quem pode influenciar as suas condições de vida.

Retomaremos este assunto mais à frente, por agora importa dizer que o crescente protagonismo do *terceiro sector* – composto por toda uma panóplia de organizações sem fins lucrativos – levou alguns a apresenta-lo como “um alfobre de novos modelos de sociedade, ou pelo menos, um meio de atenuar alguns dos bloqueamentos das sociedades actuais” (Rui Namorado, 1988: 6). Estatuto que tem sido em grande medida conquistado por aproveitamento do espaço deixado a descoberto pela impossibilidade, incapacidade ou falta de vontade das instâncias sujeitas às lógicas publicas ou de lucro, para responderem de forma cabal, com bens e serviços, às necessidades das populações mais desprotegidas ou desfavorecidas<sup>11</sup>. Face ao relevo material das associações no processo de regulação social, Mozzoli E. (1995) denomina o sistema subjacente às sociedades modernas de democracia complexa de *Welfare Mix*.

### ***Apresentação do Objecto de Estudo***

Como veremos mais à frente neste texto, a Zona URBAN do Vale de Alcântara e em particular os bairros Ceuta Sul, Ceuta Norte e Quinta do Cabrinha, têm uma elevada especificidade no contexto urbano lisboeta, no qual são particularmente sensíveis os diversos

---

<sup>10</sup> Como veremos mais à frente a realidade empírica da América Latina contraria esta tese. Sobre este assunto v. Boa Ventura Sousa Santos (1994).

<sup>11</sup> Sobre este assunto v. tb. Manuela Coutinho (2003)

focus de pobreza e exclusão social, que têm merecido especial atenção do ponto de vista da intervenção pública nos últimos anos. Essa intervenção, de acordo com o movimento de regulação social emergente, é fortemente baseada no modelo de desenvolvimento centrado no local<sup>12</sup> e particularmente em parcerias com associações.

Mas se como dizíamos atrás, o desafio que se coloca às democracias complexas, é o de encontrar formas de capacitação dos cidadãos para que estes decidam sobre a vida colectiva da sociedade, não basta que as associações, quer tenham ou não uma natureza semi-empresarial, promovam o bem estar social, sub pena da alternativa ao actual modelo de regulação social e económico que representam acarretar os mesmos desenganos anti-democráticos anteriormente associados ao Estado-Providencia. Assim, para que não prevaleça o cepticismo de Weber – não pondo em causa a importancia da integração social enquanto catalisador do bom funcionamento de qualquer sistema, do bem estar psicológico dos indivíduos e enquanto mecanismo de diminuição da anomia e alienação social, ou ainda de apoio ao desempenho governativo e crescimento económico – é necessário que as associações dêem provas convincentes do seu potencial enquanto promotores da gestão comunitária participada e democrática. Enquanto isso não acontecer o actual debate a volta da democracia de base associativa é uma colecção de preconceitos não testados, no melhor das hipóteses reclamando plausibilidade. Nesta perspectiva, dar-lhe crédito de forma a que sejam as associações a assegurar determinadas funções do Estado-Providencia continua a apresenta-se como um risco que à partida só serve certos interesses particulares (Robteutscher, 2000). Por outro lado, enquadrar o contexto organizacional nos resultados encontrados para cada associação especifica pode eliminar muita da confusão que existe actualmente na teoria sobre associativismo.

Assim, importa questionar o papel das associações dos bairros Ceuta Sul, Ceuta Norte e Quinta do Cabrinha enquanto instrumentos de promoção da integração e participação social e política da população residente. Procurar responder a esta questão leva-nos a tentar compreender realidades diversas que têm correspondência com questões outras, tais como as que colocamos de seguida: Como se caracteriza o tecido associativo da Zona Urban do Vale de Alcântara? Quais os objectivos e lógicas de funcionamento que preconizam? Qual(ais) a(s) matriz(es) organizacional(ais) destas associações? Que tipo de estratégias desenvolvem no seu

---

<sup>12</sup> Sobre este assunto v. José Manuel Henriques (2002)



relacionamento com o Estado (ao nível europeu, nacional central e local), com as empresas, com outras associações e com a população residente? As políticas e estratégias de intervenção da zona colocam o seu enfoque na integração ou na participação da população residente?

## Top-down ao Nível Macro e Micro

### *Associativismo, Cidadania e Combate à Exclusão Social: a especificidade portuguesa*

Inserido no contexto europeu, a especificidade da realidade social portuguesa, nos diferentes campos que a compõem, tem, pela sua complexidade, provocado surpresa naqueles que se têm preocupado com o seu estudo (Boaventura Sousa Santos, 1994).

Uma das causas da especificidade portuguesa é o afastamento – que aliás se estende a toda a península Ibérica – em relação aos desenvolvimentos técnico-científicos e do campo das ideias em geral que o renascimento europeu desencadeou, consequência das medidas integristas e intransigentes da contra-reforma do Concílio de Trento da Igreja de Roma (1545-1563)<sup>13</sup>.

No final do século XVIII o *Iluminismo* chegará a Portugal pelo debate que opõe *estrangeirados* e *nacionalistas* e se irá materializar nas reformas lançadas pelo Marquês de Pombal<sup>14</sup>. Mas a falta de consenso – já depois das invasões francesas – leva a um século de Monarquia Constitucional caracterizado por uma crispação social, onde a Igreja (Católica-Romana) alia-se à ala monárquica e conservadora para fazer frente ao processo de democratização e secularização pretendidos pela ala liberal da sociedade portuguesa<sup>15</sup>. Apesar

---

<sup>13</sup> Entre estas constavam a fundação da ordem dos Jesuítas e a Inquisição, que seriam os grandes repensáveis pelo controlo da produção e reprodução das ideias em Portugal até final do século XVIII. Sobre este assunto v. Antero de Quental cit. in João Simões, sd.

<sup>14</sup> Nomeadamente a transferência das responsabilidades relativas ao ensino e à instrução, com a expulsão dos Jesuítas, e a transferência de responsabilidades de exercício de censura e controlo sobre produção e reprodução cultural, da Igreja para o Estado.

<sup>15</sup> Este período é marcado pelas sucessivas tentativas de compromisso a fim de evitar a guerra civil entre as facções beligerantes (ainda assim o século XIX assistiu a duas guerras civis: 1831-1834 e 1846-1847). É neste

do crescente protagonismo da ala mais liberal e muito por conta dos compromissos assumidos como forma de amenizar a clivagem então existente, mesmo no seu período mais democrático (1878-1895), só será concedido direito de voto aos portugueses do sexo masculino com mais de 21 anos que soubessem ler e escrever, ou fossem chefes de família (Viegas e Costa Dias, 2000).

Já a Primeira Republica ficará marcada pelo aumento da potencialidade política do sufrágio e pela elaboração de legislação no âmbito dos direitos sociais e económicos para protecção e melhoria das condições de trabalho. É efectuado igualmente um esforço no ensino no sentido de alargar as bases da cidadania (Biatriz Ruivo e Eugénio Leitão, 1977).

Ainda assim, a Primeira Republica não conseguiu conter nem a insatisfação generalizada, nem os movimentos anárquicos, no que ficou para a história como a *questão social ou operária*. Por outro lado, a sua política fortemente anti-clerical (Helena Vilaça, 1997), provoca a Igreja, que com forte influência na sociedade<sup>16</sup>, principalmente nos meios rurais, abre um conflito aberto com o regime republicano, no que ficará conhecido como a *questão religiosa*. Assim a Primeira Republica é mantida a custo de uma constante instabilidade política, que em ultima instancia resultará no golpe de Estado de 1926 e na consolidação da ditadura, sob o comando de Oliveira Salazar, com a constituição de 1933 (A. H. de Oliveira Marques, 1981).

Do ponto de vista da regulação social é conhecido o caracter autoritário e corporativista do Estado Novo<sup>17</sup>. É nesta base que as corporações associativas (Casas do Povo e Grémios) substituem os sindicatos livres e o patrocínio de base partidária é substituído por um *clientelismo de Estado*, onde o voto é negociado e a autonomia dos agentes envolvidos no processo político é suprimido (Viegas e Costa Dias, 2000).

---

sentido que a Constituição de 1822 é elaborada e publicada “em nome da Santíssima e Indivisível Trindade” (Joel Serrão, 1990: 66) e que a carta Constitucional de 1826 se por um lado garante a não perseguição “por motivos de religião”, por outro, define “a religião Católica” (leia-se confissão religiosa católica romana) como a “religião do Reino” (António Manuel Silva, 1995: 741). Em 1834 reforçam-se o processo anti-clerical com as reformas de António de Aguiar, que aliás ficará conhecido para a história como o “mata frades”. No entanto, estas medidas vão ser largamente contrariadas pelo desenvolvimento dos acontecimentos que antecederam a implementação da I República.

<sup>16</sup> Destacam-se os Jesuítas e a associação leiga do Apostolado da Oração, bem como a forte convivência de afinidade e de interesses com os monárquicos e com a ala mais conservadora da sociedade (Oliveira Marques, 1981).

<sup>17</sup> Sobre este Assunto v. entre outros José Cotileiro (1977) e I. Pimentel (Sd).

É principalmente na asfixia, das oposições políticas e ideológicas, proporcionada por quarenta e oito anos de ditadura e na falta de envolvimento de *agentes externos*, como os profissionais ou de uma organização como a Igreja, no que respeita a apoio ideológico, cultural ou político, de oposição ao Estado, que Santos (1994) justifica a debilidade dos Novos Movimentos Sociais (NMS's)<sup>18</sup> e se baseia para falar de uma especificidade semi-periférica em Portugal<sup>19</sup>. Enquanto nos países centrais os NMS's combinam democracia participativa com reivindicações pós-modernistas (associadas aos direitos de qualidade de vida), em Portugal os velhos movimentos sociais (sindicatos, partidos e movimento agrário) são relativamente recentes, e ganharam hegemonia no pós-25 Abril face aos NMS's, que só começam a emergir na década de 90 (Ex. Movimento Ecologista e de Defesa dos Consumidores).

Seja como for, poderíamos talvez diferenciar três momentos no pós-25 Abril<sup>20</sup> no que respeita ao exercício de cidadania, a saber<sup>21</sup>: i) O período revolucionário, que se prolongou até final dos anos 70 e onde se regista grande envolvimento participativo, quer espontâneo e desorganizado, quer associativo e mesmo eleitoral, e prevalece a vertente política em detrimento de outras componentes de desenvolvimento económico; ii) O período que se circunscreve entre o início dos anos 80 até aos primeiros anos da integração na, então, Comunidade Económica Europeia, em que se assistiu a uma certa contenção do movimento associativo e aumento das taxas de abstenção e onde as dimensões culturais e políticas perderam predominância e coexistiram com aspectos económicos e de produção; iii) Finalmente, o período que se inicia com a integração Europeia e sobretudo a partir de meados da década de noventa, onde se regista uma certa consolidação do movimento associativo – que impulsionado pelos financiamentos comunitários aparece mais direccionado para as preocupações de desenvolvimento local, conjugando as dimensões económicas, turística, cultural e recreativa – e uma estabilização da participação eleitoral. A década de 90 fica

---

<sup>18</sup> Na verdade não existe consenso em relação à existência de verdadeiros movimentos sociais no capitalismo desorganizado.

<sup>19</sup> No Brasil – igualmente caracterizado como semi-periférico – verifica-se que o envolvimento de profissionais, Igreja Católica-romana e partidos políticos na organização de movimentos sociais impulsiona a participação militante (Santos, 1994). Por outro lado, a diferença de índices de participação pode ter outras dimensões explicativas (v. entre outros, Viegas e Costa Dias, 2000).

<sup>20</sup> O processo de democratização do 25 de Abril, desde logo no programa do MFA, desenvolve-se em função dos direitos cívicos, políticos e sociais. Para Viegas e Costa Dias (2000) o caso português não se enquadra completamente na proposta de Marshall, uma vez que não respeita a sequência histórica por ele apresentada. Em Portugal discute-se actualmente o direito efectivo à justiça, o que tem que ver com os direitos cívicos. Assim os direitos cívicos, políticos e sociais, parecem estabelecer uma inter-relação de períodos curtos, o que vai ao encontro das críticas de J. M. Barbalet (1989) ao modelo de Marshall.

<sup>21</sup> Esta categorização do pós-25 Abril é feita na base dos textos de André Freire (2000) e Ésaúl Dinis (1999).

também marcada pelo alargamento das possibilidades de participação democrática pela introdução de actos de consulta pública vinculativos, como foi o caso dos referendos sobre a “interrupção voluntária da gravidez” e sobre a criação das “regiões administrativas”, que no entanto fracassam no que respeita ao nível de participação.

É nesta última fase que Viegas (1986) identifica três tipos de associativismo emergente em Portugal, a saber: o *associativismo de gestão e prestação de serviços*, com relações estritas com o Estado e fortemente impulsionado pelos fundos comunitários; o *associativismo de expressão*, com preocupações na defesa ou imposição de particularismos culturais; e o *associativismo reivindicativo*, que se expressa na intervenção socio-política propriamente dita.

Porem na Europa do Sul, e concretamente em Portugal, ao contrário dos países escandinavos e saxónicos, predominam as *entidades verticalizadas* e os indivíduos quando associados preferem a *associação informal* ou mantêm a qualidade de simples membros. Pelo que as *associações voluntárias* continuam a ter um papel marginal no plano social, cultural e político (Robteutscher, 2000 e Jordi Estevil, 2003).

Do ponto de vista do combate à exclusão social, com a revolução da Abril dá-se uma renovação das preocupações sociais (Medina Carreira, H. 1996) e começa-se a reconhecer a necessidade de construir um Estado de Bem-estar. É então introduzido o salário mínimo nacional, a cobertura dos subsídios é aplicada, os serviços de saúde e alguns equipamentos sociais são alargados. Mas a partir de 1977, as políticas recessivas provocam novo crescimento da pobreza (Estevil, 2003).

Só na década de oitenta a preocupação com as políticas sociais ganham novo folgo. Em 1990 são nomeados dois Comissários para enquadrar os projectos do Segundo e Terceiros Programas Europeus Anti-pobreza, com responsabilidades ao nível: i) da coordenação das entidades promotoras desses projectos; ii) do garante do compromisso dos diferentes departamentos ministeriais e da sociedade civil; da promoção do debate sobre as causas e a extensão da pobreza. Nesta fase é também criado o Programa Nacionais de Luta contra a Pobreza com orçamento próprio (Rogério Roque Amaro, 2002). À época os principais problemas centravam-se nos recursos humanos, nas deficiências ao nível da concepção do

projecto, na complexidade das intervenções e na falta de cultura de parceria (Vieira de Silva J. A. 1997).

A direcção Geral de Acção Social, criada em 1992, irá vincular-se a uma boa parte das ideias expostas no Pobreza 3, como seja a parceria, a participação, o carácter integrado da intervenção e na importância da dimensão comunitária e animação sócio-cultural no desenvolvimento local (José Manuel Henriques, 1989). Princípios que se mantêm actuais quando se trata de aceder a financiamento publico para desenvolvimento de acções de âmbito social. Parece alias haver consenso relativamente à influencia das decisões e politicas sociais europeias a nível nacional – quer a nível politico, quer de actuação das entidades privadas – embora isso por vezes provoque criticas e debate. Ainda assim, ao longo de II e III Quadro Comunitário de Apoio as entidades privadas tem cada vez mais protagonismo no desenvolvimento de projectos co-financiados (Estevil, 2003).

Uma última nota para duas iniciativas de relevo. Por um lado, o Mercado Social de Emprego, que reúne várias iniciativas como sejam escolas-oficina, programas ocupacionais, emprego protegido, empresas de inserção e iniciativas locais de emprego, através das quais se pretende activar o mercado de trabalho. Por outro o Programa Nacional de Redes Sociais Locais, lançado em 2001 com o objectivo de lutar contra a pobreza e a exclusão criando planos de desenvolvimento sócio-económico à escala local (Estevil, 2003).

### ***Ceuta Sul; Ceuta Norte e Cabrinha: Breve caracterização***<sup>22</sup>

Os bairros Ceuta Sul, Ceuta Norte e Quinta do Cabrinha, localizados ao longo da Avenida de Ceuta e inseridos na Zona URBAN do Vale de Alcântara, resultam do processo de realojamento da população do Casal Ventoso iniciado em 1999 e terminado em 2001. A população residente nestes bairros é portanto maioritariamente descendente de populações rurais do norte do país, que se terão fixado no Vale de Alcântara a partir de finais do século XIX em busca de oportunidades de trabalho nas industrias que ali laboravam.

---

<sup>22</sup> A caracterização que se segue foi elaborada a partir dos trabalhos de Miguel Chaves (1999), Simão Cardoso Leitão e Gustavo Pereira (2007) e de um documento de diagnóstico policopiado produzido pelo Programa de Iniciativa Comunitária URBAN II.

Não nos importa aqui aprofundar o processo histórico, demográfico e social da zona em relação ao qual existem outros espaços mais adequados<sup>23</sup>, mas vale a pena referir que as práticas de marginalidade e criminalidade, a toxicodependência e os níveis elevados de desemprego que continuam a caracterizar a população daquela zona parecem encontrar fundamentos estruturais que se encrostaram historicamente na sua sub-cultura dominante. Assim, identificam-se problemas críticos de várias ordens, como seja social, económico, urbanístico que tornam a zona como uma das mais problemáticas de toda a Área Metropolitana de Lisboa.

Uma breve leitura sobre alguns dados estatísticos levam-nos facilmente a perceber que a grande parte dos 5185 residentes estará dependente do apoio social e mais vulnerável a actividades paralelas (a taxa de desemprego ascende a 22,9%<sup>24</sup> - mais expressiva de toda a Zona URBAN – aos quais acresce 26,3% pensionistas). O problema do desemprego é de resto de difícil resolução, não só porque se trata de população pouco escolarizada (taxa de analfabetismo é de 17%, – a de Lisboa é de cerca de 6% - pouco menos de um terço da população só tem o primeiro ciclo completo, apenas 15% têm a escolaridade obrigatória e 2% curso superior), com reduzido acesso a meios informáticos (em 2006 existiam 3 computadores por cada 100 alunos do ensino básico) e pouco qualificada (não só os saberes profissionais estão maioritariamente associados a indústrias em decadência, como existem poucos postos de emprego, representados por alguns núcleos de comércio, o que também lhe confere um certo isolamento relativamente à malha urbana da cidade de Lisboa).

Numa tentativa de síntese dos principais problemas da zona, o Diagnóstico SWOT do PIC URBAN destacava os seguintes aspectos: i) degradação profunda do espaço urbano; ii) desestruturação dos núcleos familiares; elevada dimensão da economia informal associada ao tráfico de droga; iii) forte incidência do fenómeno da toxicodependência; iv) elevados níveis de desemprego formal e défice de qualificações da população residente; v) elevados níveis de abandono e insucesso escolar; vi) sobre-representação de doenças como a SIDA, a hepatite e a tuberculose; vii) má imagem face ao exterior.

---

<sup>23</sup> Para estudo dos processos históricos, demográficos e social da zona v. Miguel Chaves (1999)

<sup>24</sup> Valores retirados de um inquérito à população dos Bairros Ceuta Sul, Ceuta Norte e Quinta do Cabrinha realizado em 2006 no âmbito de um projecto financiado pelo Instituto de Segurança Social (Simão Cardoso Leitão e Gustavo Pereira, 2007).

Do ponto de vista da dinâmica associativa, a proximidade com Campo de Ourique e Alcântara terá impulsionado algumas iniciativas de cariz republicano e anárquico no Casal Ventoso no final da Monarquia Constitucional e durante a Primeira Republica. Ainda assim, um dos traços centrais da sub-cultura de que falávamos há pouco foi a distanciação relativamente ao poder Estatal, não só resultante dos baixos níveis culturais e de escolaridade, mas sobretudo devido à generalização das práticas ilegais como meio de subsistência.

Assim sendo, a relação com o poder político fez-se em grande medida por mediação de instituições ou indivíduos de referência, que detiveram algum peso reivindicativo<sup>25</sup>. Quanto à população em geral, com excepção das práticas recreativas e desportivas<sup>26</sup>, manteve uma relação mais assistencialista com estas instituições do que de militância activa.

No entanto, durante o período do Estado Novo há que destacar, principalmente a partir da década de 60, o carácter político, mais ou menos subtil, de algumas das peças de teatro, desenvolvidas por colectividades locais. Miguel Chaves (1999) regista ainda a militância no partido comunista por parte de alguns dos residentes do Casal Ventoso que terão desenvolvido actividades clandestinas naquela zona, tendo mesmo por esse facto o Imparcial – colectividade fundada em 1914 – sido encerrada pelo Regime. Seja como for as actividades de caris oposicionista tiveram um impacto circunscrito na população do Casal Ventoso e quando realizadas envolviam maioritariamente operários especializados.

No âmbito da sua análise sobre a relação do Casal Ventoso com o poder político Miguel Chaves (1999) identifica três tipos de protagonismo associativo antes do 25 de Abril de 1974. Um primeiro encontrava-se ligado às actividades de “bem-fazer” e estava profundamente conectado com as orientações políticas do Estado. Um segundo era constituído por aqueles que não manifestavam qualquer posicionamento político claro. Um terceiro tipo (quase residual) era claramente oposicionista.

No período do pós o 25 de Abril destacam-se dois acontecimentos associativos: a ocupação do Centro Social por militantes de esquerda em Outubro de 1974 e a consequente

---

<sup>25</sup> Miguel Chaves (1999), dá conta do protagonismo de um tal Melo, que por ser letrado constituiu-se como um autentico regedor na zona, com relações previligadas junto do Estado e da Igreja durante o período do Estado Novo.

<sup>26</sup> A zona manteve uma dinâmica recreativa e desportiva considerável, sendo estas actividades mobilizadoras da generalidade da população (sobre este assunto v. Miguel Cahave, (1999)



autonomização do Centro Paroquial; e a constituição da Comissão de Moradores, com a maioria dos militantes simpatizantes da UDP (Chaves, 1999).

O Centro Social, cujo presidente eleito dois anos depois da ocupação rompe com a Comissão Instaladora e despartidariza a instituição, é até ao início do processo de realojamento o principal (em situação de quase monopólio) interlocutor institucional do Casal Ventoso para o exterior. Já a Comissão de Moradores, cuja principal objectivo era a reivindicação de um novo bairro – tendo mesmo chegado a organizar uma marcha com forte mobilização até São Bento – por alturas do realojamento encontrava-se circunscrita a acções educativas (dinamizava uma creche e um ATL).

Em termos mais colectivos Miguel Chaves coloca a hipótese deste período ser marcado por uma despolitização generalizada e os autores do diagnóstico realizado no âmbito do PIC URBAN Vale de Alcântara falam de dificuldade de promover parcerias locais, especialmente porque para além do Centro Social, entre as associações locais, mais nenhum poder ser considerado relevante. Talvez por isso mesmo o processo de realojamento tenha sido acompanhado pela celebração de protocolos e parcerias que permitiram reforçar fortemente o tecido associativo da zona. Não só pela fixação de associações que já desenvolviam actividades no Casal Ventoso, como pela implementação de todo no tipo de associações de âmbito local, nacional ou mesmo internacional.

## **Lugar e Logicas de Actuação da Instituições sem Fins Lucrativos no Combate à Exclusão**

### ***SOBRE A NOÇÃO DE EXCLUSÃO***

Enquanto que o fenómeno da pobreza foi alvo de inúmeras investigações e reflexões ao longo da história, existindo hoje algum consenso relativamente aos seus contornos, a exclusão só começa a ser tratada de forma sistematizada a partir da década de 80 do século XX e continua a ser marcada por uma forte pluralidade de visões. Apesar da discussão, onde têm participado um vasto número de cientistas e profissionais de diferentes áreas das ciências sociais e humanas, ser relativamente recente<sup>27</sup>, pode-se afirmar que os excluídos sempre existiram<sup>28</sup>, ou até mesmo, numa perspectiva mais alargada, que todos se encontram ou se encontraram em algum momento excluídos de algo<sup>29</sup>. Neste sentido, Estevil (2003) chama a atenção para o facto da noção de exclusão parecer difusa, equivocada, polivalente e polifórmica, até porque assume formas tão distintas quanto a multiplicidade de contextos políticos, legais, económicos, sociais e culturais. Ainda assim a sua delimitação, apesar de conter riscos, é uma necessidade possível a partir dos traços comuns e complementares das diferentes perspectivas que são apresentadas.

Antes de mais a noção de exclusão, tal como é entendida na sua utilização corrente, aparece fortemente associada à pobreza e à marginalização. Nesta perspectiva o excluído seria

---

<sup>27</sup> Em 1974 René Lenoir (cit in Estevil, 2003), introduziu o conceito de exclusão social para caracterizar a situação em que se encontravam os franceses que não beneficiavam dos resultados económicos e sociais por estarem diminuídos do ponto de vista psicológico ou social.

<sup>28</sup> Veja-se por exemplo na Época Clássica o ostracismo em Atenas, os proscritos em Roma. Mais recentemente e ao longo da história a escravatura, a excomunhão ou as castas/classes/estados sociais inferiores.

<sup>29</sup> Potencialmente todos os indivíduos se deparam com a situação de não poder realizar aquilo que desejam ou ambicionam.

o não rico e o que está afastado do centro. No primeiro caso falamos de escases, que pode ser estrutural ou circunstancial, de recursos materiais<sup>30</sup>. O segundo remete para as questões espaciais, simbólicas e de realização: urbano/rural; litoral/interior; centro da cidade/subúrbios; falta de identificação com os valores e costumes dominantes; dificuldades de acesso ao mercado de emprego, etc. Num outro eixo de análise a exclusão pode manifestar-se à escala individual (micro), nas relações entre indivíduos e entre estes e as instituições intermédias (meso) e destes com o conjunto da sociedade (macro).

Mas este fenómeno é passível de uma carga positiva, se associada a um aumento da coesão interna do grupo excluído pela oposição ao grupo dominante (ex. ciganos), ou se utilizada para estimular a criatividade artística, intelectual ou religiosa (ex. ascetismo voluntário). Também não se pode falar de exclusão sem se falar de inclusão, já que ambas aparecem associadas à criação de regras mais ou menos explícitas. Regras essas que, por um lado, geram identificação e filiação, por outro, diferenciam um nós de uns outros<sup>31</sup>.

Ao rever a teorização em matéria de exclusão Estevill (2003) fala em três modelos explicativos do fenómeno que, segundo o autor, longe de se anularem mutuamente, entrecruzam-se.

Na linha de Rausseau e Durkheim, a exclusão assentaria na ruptura dos vínculos sociais que se fundamentam na *solidariedade* subjacente ao *pacto social* de uma dada *comunidade moral e política*, a partir da qual se constituem valores, direitos e obrigações. Nesta perspectiva a exclusão deve-se ao desmembramento das relações entre o conjunto da sociedade e os cidadãos, e é ao Estado, que se identifica com nação, que cabe garantir a *coesão social*, criando instituições e políticas para o bom funcionamento da sociedade.

No *modelo de especialização* – na senda de Locke, dos utilitaristas e do liberalismo anglo-americano – a exclusão resulta das relações entre indivíduos, que têm capacidades, habilidades e interesses diferentes, no seio dos intercâmbios que ocorrem na sociedade e no mercado. Assim, a exclusão aparece associada ao mau funcionamento do mercado, às opções individuais, às discriminações, à violação de direitos e ao intercambio contratual entre actores

---

<sup>30</sup> Também aqui o consenso é difícil. Veja-se as discussões em torno da utilização de conceitos como pobreza absoluta e pobreza relativa.

<sup>31</sup> No limite, defenir-se a si mesmo significa sempre definir a alteridade

e instituições. De acordo com esta corrente, ao Estado cabe a regulação no sentido de garantir as condições para que os indivíduos se responsabilizem pela sua situação.

A *visão de monopólio*, que remonta a Carl Marx, Weber e Marshall, vê a *estrutura societal* de forma hierárquica, onde classes e grupos competem pelo controlo dos recursos e poder. Nesta luta, os grupos auto-protegem-se colocando barreiras e limitando o acesso dos que estão fora e repartindo bens e serviços pelos membros do grupo. São os que estão no topo da hierarquia que estabelecem as regras, reproduzindo assim as condições de exclusão. O Estado é apresentado como a cristalização política das relações de forças, podendo no entanto compensar a exclusão através da protecção social, criação de serviços e formulação de direitos individuais e colectivos, que por natureza visam também eles a domesticação das bases da hierarquia.

Interligados de forma indissociável parecem estar também as formas concretas pelas quais é possível observar uma situação de exclusão.

Dechamps I. (cit in Estevil, 2003) compreende a exclusão nas suas dimensões económicas, simbólica e social ou de sociabilidade. Para este autor a exclusão simbólica – que remete para os valores, normas e comportamentos dominantes e respectivo sentimento de filiação ou de identidade cultural – apresenta especial dinâmica, podendo ser até certo ponto recíproca, na medida em que as instâncias dominantes começam por classificar negativamente os que não estão em conformidade com as normas, contando posteriormente com a complicitade destes para a reprodução e legitimação da imagem criada e consequentemente para a diferenciação de trato<sup>32</sup>.

Castel (cit in Estevil, 2003), por seu turno, dá especial importância aos laços sociais que colocam o indivíduo em situação de desfiliação/afiliação ou vulnerabilidade/não vulnerabilidade. Aqui as *redes sociais primárias* (família e grupo de vizinhança) têm uma relevância acrescida na criação de normas de conduta e enquanto redes de suporte. É aliás a este nível que o fenómeno de exclusão se pode começar por manifestar, embora não sejam pouco frequentes situações de forte *inclusão interna* (ao nível das redes primárias)

---

<sup>32</sup> Dimensão simbólica e cultural da exclusão é a mais abordada (Bonget, D. e Noguis H cit in Estevil, 2003).

concomitantemente com forte *exclusão externa*. Esta última produzida no relacionamento que os indivíduos mantêm com instituições e outras comunidades.

É precisamente no âmbito das relações sociais, quer sejam de caris primário, quer, directa ou indirectamente à escala internacional, que tem expressão a dimensão política de exclusão. Em termos gerais esta remete para a capacidade dos cidadãos fazerem ouvir a sua voz, negociar e exercerem poder (Bruto da Costa, 1998), sendo por isso a ausência e limitação de direitos um claro sinal de exclusão.

Já aqui foi feita referência ao exercício de cidadania nas sociedades de democracia complexa e particularmente no contexto português. Retomamos agora este assunto para caracterizar as formas pelas quais esse exercício se pode realizar.

No processo de separação das esferas política, económica e social, Marshall (1977)<sup>33</sup> distingue três elementos base do conceito de cidadania, a saber:

- i) A componente civil que se apoia nas instituições de direito moderno e do sistema judicial que o aplica, esta componente está relacionada com os direitos necessários às liberdades individuais, bem como ao direito de propriedade, de associação e de acções colectivas;
- ii) O elemento político que consiste no direito de participação dos indivíduos no exercício de poder político como eleitor ou eleito do conjunto das instituições de autoridade política. Este tipo de direitos estão principalmente ligados à instituição parlamentar e às assembleias e órgãos de governo local, mas hoje expressa-se igualmente em actos de consulta pública; E finalmente,
- iii) A componente social, que é constituída pelo direito a intervir nas relações de mercado e nas condições de trabalho dos indivíduos. Estes direitos que deveriam ser assegurados através dos serviços sociais e do sistema educativo, têm como objectivo um maior equilíbrio entre liberdade individual e justiça/igualdade social, no sentido de assegurar, as condições para que os indivíduos possam usufruir dos direitos civis resultantes do estatuto de igualdade.

---

<sup>33</sup> Como já referimos anteriormente, apesar da falta de universalidade da cadência na expansão dos direitos de cidadania propostos por Marshall, a sua tipologia continua a ser uma referência.

Nos últimos anos tem-se falado da emergência de uma quarta dimensão do conceito de cidadania, relacionada com reivindicações ambientais, culturais, de defesa do consumidor e da privacidade, que alguns têm denominado de direitos de qualidade de vida.

Ora nos países europeus de *democracia complexa*, os direitos encontram-se inscritos nas leis mas muitas vezes não encontram representação prática, principalmente os que se encontram em situação de exclusão extrema por apresentarem maiores dificuldades em se agrupar, organizar e fazerem ouvir a sua voz. Também por isso fala-se cada vez mais de empowerment, enquanto estratégia de combate à exclusão.

Alguns dos aspectos a ter em conta na análise da exclusão política são: i) a circulação de informação, sendo o acesso e facilidade de utilização crítica dos meios informáticos e novas tecnologias de importância maior (*info-exclusão*); ii) procedimentos de participação, isto é onde e quando se participa; iii) como se organiza a cidadania, ou seja, até que ponto os indivíduos tem uma palavra nas decisões que os afectam.

É precisamente na capacidade de pressão corporativa e/ou reivindicação, enquanto relação de forças de cada grupo no estabelecimento das prioridades e medidas políticas, que se encontra a justificação para a desigualdade na distribuição da acumulação e dos recursos (Bhalla, A e Lapeyre, F, cit in Estevil, 2003)<sup>34</sup>. Estabelece-se assim uma ponte entre cidadania e exclusão económica, que se for entendida como dificuldade de acesso a bens comercializáveis ou de subsistência pode coincidir com pobreza.

Numa perspectiva liberal os economicamente excluídos seriam os inúteis, os supranumerários, os resíduos do desenvolvimento, a miséria do mundo, os *underclass* ou os losers apagados da cena económica (Bourdieu e Wilson J. cit in Estevil, 2003). Já na perspectiva sociológica, a exclusão económica aparece normalmente associado à distinção de classes (esquema vertical), de diferenciação entre os que se encontram dentro e fora do mercado de trabalho (esquema horizontal), e os que têm ou não acesso aos benefícios do Estado protector. A sociedade pode assim ser categorizada em quatro grupos: i) indivíduos que tem trabalho e protecção social; ii) indivíduos sem trabalho, mas com protecção social

---

<sup>34</sup> Daqui resulta que o crescimento económico é gerador de exclusão quando os seus resultados são monopolizados por determinados grupos.

(desempregados subsidiados, pensionistas, incapacitados, etc); iii) aqueles que tem trabalho, mas não têm protecção social (inclui-se aqui a economia subterrânea, mas também, fruto das mudanças na estrutura produtiva, os trabalhadores indefinidos; temporários; precários e sazonais); iv) os que não têm trabalho nem protecção social.

Embora o trabalho, a protecção social e o rendimento sejam os factores emblemáticos da exclusão económica, a verdade é que ela normalmente resulta da acumulação de desvantagens como a origem familiar, o nível de escolarização baixo ou insuficiente, uma formação profissional escassa ou reduzida, redes sociais frágeis, uma alimentação deficiente, habitação inadequada, estado de saúde debilitado, a falta de acesso a serviços públicos, etc. (Estevil, 2003). De resto, segundo Lipton M. (cit in Estevil, 2003) a exclusão económica tem importância maior na reprodução da exclusão nas suas outras diferentes dimensões.

Ainda que as situações de exclusão possam ter, como defendem os economistas liberais, um cunho de responsabilidade individual (*auto-exclusão*), a verdade é que ela aparece normalmente associada a uma comunidade, a um bairro, a uma zona, uma região ou a um país<sup>35</sup>, ainda que a exclusão de nível territorial por vezes não encontre correspondência nas divisões institucionais (política, administrativa, judicial, etc.) ou na área de planificação económica ou territorial<sup>36</sup>, o que obriga à recomposição das zonas de intervenção (Estevil, 2003).

Em resumo a exclusão resulta de uma “acumulação de processos confluentes com rupturas sucessivas [embora não lineares] que, despoletado no centro da economia, da política e da sociedade, vão afastando e inferiorizando pessoas, grupos, comunidades e territórios em relação aos centros de poder, aos recursos e aos valores dominantes” e tende a agudizar-se ao longo do tempo (Estevill, 2003: 39).

Se por um lado as sociedades mais fechadas, com regras mais restritas, são normalmente mais excluentes, a verdade é que nas sociedades modernas de democracia complexa, os caminhos da estigmatização persistem ganhando contornos mais fluidos e menos aparentes. Nestas últimas, os excluídos tendem a ser responsabilizados pela sua situação, já que do ponto de vista dominante são eles quem não aderem ao compromisso do

---

<sup>35</sup> A singularidade do território pode ser causa/efeito da exclusão/inclusão

<sup>36</sup> Exemplo disso é a degradação dos centros históricos das cidades ou a emergência de subúrbios.

pacto social. Por outro lado os excluídos procuram encontrar soluções no seu próprio leque de relações e criticam a falta de reconhecimento da sociedade. Este desencontro e tensão que tende a ser crescente pode corresponder a uma ruptura dos laços simbólicos e consequentemente a potenciais conflitos nos respectivos esquemas de representação (Goffman cit in Estevil, 2003).

A ruptura com o ciclo de exclusão ganha contornos no acesso a bens materiais, serviços sociais, educativos, sanitários, assim como de participação activa nas decisões que influenciam a vida quotidiana, tantas vezes tentada pelas iniciativas de combate à exclusão.

### ***Incursão Sobre o Mundo do Combate à Exclusão Social***

Da mesma forma que dizíamos há pouco que a exclusão tem cariz ontológico na medida em que os indivíduos têm a necessidade de se diferenciar uns dos outros, também é correcto afirmar que os mesmos indivíduos não podem viver como se os outros não existissem.

Assim, e pegando nas palavras de Estevil (2003), as razões associadas à mobilização individual para o combate à exclusão podem ser de diferente ordem, mas na suas causas mais profundas parecem estar associados a uma certo sentido de implicação do ricochete que a acção sobre os outros pode ter ao nível pessoal e que é representada na expressão “não faças aos outros o que não queres que te façam a ti”. Esta implicação mútua tem repercussões filosóficas, religiosas, políticas, sociais e culturais e é expressa em valores e práticas que se identificam com a fraternidade, a solidariedade, a compaixão, o amor, a responsabilidade ou o altruísmo. A caridade, a assistência e a filantropia têm aparecido assim como os grandes motores dos comportamentos individuais de ajuda às situações de pobreza e exclusão.

Nas sociedades democráticas encontra-se institucionalizada a preocupação com a justiça social, um determinado grau de igualdade e respeito pelo pluralismo e liberdade individual. Por esta razão a opinião pública e os meios de comunicação social desempenham um importante papel na defesa destes valores que estão consagrados constitucionalmente enquanto direitos e deveres que regulam a vida em sociedade, pondo em causa a legitimidade



dos poderes instituídos em caso destes não actuarem, através da denúncia e da intervenção da sociedade civil (Estevil, 2003).

Porem, não é raro o aproveitamento do fenómeno da exclusão em termos políticos. Quer para denegrir a credibilidade dos adversários, quer para manipulação dos excluídos com o objectivo de engrossar fileiras, defender interesses particulares ou, no limite, promover propostas alternativas à organização social vigente (Estevil, 2003).

Ainda assim, a primeira motivação é a dos próprios visados no sentido de assegurarem a sobrevivência ou melhorarem as suas condições materiais de existência e da sua família (Hoggarth, R. cit in Estevil, 2003). No entanto as dificuldades e obstáculos que muitas vezes encontram, conjugados com as alternativas produzidas em função dos recursos à sua disposição, sejam eles de carácter legal ou ilegal, podem levar à acomodação, à sujeição e até ao fatalismo numa cultura que tende a fechar-se sobre si mesma (Lewis, O. cit in Estevil, 2003).

Outro grupo de motivações está associado à necessidade de ser mais forte e defender a sua identidade em detrimento de outras. Trata-se aqui de um leque vasto de impulsos que vão do desejo de auto-afirmação até à constituição de grupos corporativos que podem chegar a modelar a sociedade (Giner, S. Pérez Ymela M. cit in Estevil, 2003) ou os territórios. Daí a importância das iniciativas comunitárias de desenvolvimento local.

Por último destacamos motivações como o medo, a desconfiança, a procura de imagem positiva, que apesar de bastante frequentes, poucos gostam de admitir (Estevil, 2003).

Outra das questões fundamentais com que se debatem as intervenções de combate à exclusão é o seu tempo de duração. Se por um lado, intervenções de curta duração só são justificadas do ponto de vista da experimentação controlada e circunscrita, sob pena de não responder a problemas estruturais, por outro, algumas intervenções mantêm-se por desejos de perfeição e autojustificação dos promotores (Estevil, 2003)

O espaço de intervenção também ganha relevância em função da especificidade do contexto, dos problemas e potencialidades que estão subjacentes à dinâmica interna, à sua delimitação e relação com outros espaços. Aqui é necessário ter em linha de conta a

pertinência e coerência da intervenção face ao contexto sobre a qual se faz incidir (Estevil, 2003).

Do ponto de vista das representações uma das atitudes, bem mais frequente que o desejável, é a negação e ocultação da exclusão, principalmente nos períodos de crescimento económico como forma de não discutir a desigual distribuição da riqueza produzida. Em termos genéricos ao não admitir o problema da exclusão pretende-se criar um sentimento idílico onde a esmagadora maioria teria níveis de qualidade de vida e bem-estar elevados, e o fenómeno da exclusão seria reduzido ao estado excepcional ou residual (Estevil, 2003).

Segundo Zeggar, H, (cit in Estevil, 2003) a existência de exclusão incomoda os cidadãos, porque lhes recorda algo com que não se identificam. É prejudicial aos responsáveis políticos porque acarreta perda de legitimidade. Melindra os técnicos e instituições no terreno porque se vêem confrontados com suas limitações, embora a estes últimos também lhes convenha a imputação da gravidade do fenómeno, já que esta aumenta a sua relevância e capacidade de negociação. Em certos casos também é difícil reconhecer a exclusão porque os valores que a geram são aceites de forma maioritária.

Alguns autores utilizam por isso expressões como *a face escondida* (Hiernaux, J. P., Chambers R. e Muñiz, R.) *a face oculta* (Pons, I.), *a outra face* (Cardoso, A.), etc., para caracterizar o carácter submerso e o despreço consciente ou inconsciente da sociedade em relação à exclusão. Nesta perspectiva uma das estratégias de combate à exclusão seria precisamente torna-la visível, reconhece-la, não só através de estudos e publicações, mas principalmente através do debate público onde o conjunto de actores possam intervir, de forma a colocar os problemas na agenda política (Estevil, 2003).

Uma outra representação da exclusão que mitiga a sua importância é atribuir-lhe um carácter individualizado, enquadrando-a unicamente enquanto responsabilidade do excluído, a quem é atribuído, por razões cujo foro se encontra fora do controlo da sociedade, a causa da sua situação pessoal. Este tipo de representação remete o problema da exclusão para o fatalismo e a resignação onde a vítima é culpabilizada (Ryan, W., 1971). O tipo de respostas características para o problema nesta óptica será a esmola, a caridade e até mesmo a filantropia individualizada, que tende a manter os excluídos em situação de dependência. A visão da responsabilidade individual tem raiz na ética protestante e não obstante as críticas

que se lhe possa levantar tem contribuído fortemente para a solidariedade local e internacional, principalmente no que respeita às respostas a situações de emergência extrema. No entanto, como veremos mais à frente, este tipo de intervenções incidem mais nos efeitos do que nas causas.

A aceção com base económica assenta a sua intervenção no acesso a rendimentos e bens que possibilitem aos excluídos entrar no ciclo produtivo e de consumo. Porém tal como se discutiu anteriormente, apesar da relação entre nível de rendimento e nível de exclusão nas suas diferentes dimensões (política, social e simbólica), também as medidas estritamente económicas já provaram não ser eficazes por si só. Veja-se, por exemplo as experiências ao nível do rendimento de reinserção, ou subsídios à empregabilidade (Estevil, 2003).

Procurando tipificar o tipo de estratégias de combate à exclusão social do ponto de vista dos seus objectivos, Estevil (2003) classifica-as em quatro grupos, ainda que reconheça os riscos: reprodutoras, paliativas/curativas, preventivas e emancipadores.

As estratégias reprodutoras da exclusão confessam explicitamente a sua intencionalidade e são facilmente detectáveis em função dos seus resultados e meios utilizados. Assentam na ideia de que os esforços de combate à exclusão são inúteis e que esta é mesmo necessária e útil à sociedade na medida em que lembra os não excluídos da necessidade de contribuírem activamente para a melhoria das condições de vida colectiva.

As estratégias paliativas/curativas, tentam aliviar e reduzir a exclusão e debruçam-se sobre os efeitos mais flagrantes e urgentes, provocados pela natureza (terramotos, grandes secas, incêndios, etc.) ou pelo Homem (Guerras, deportações, fome, etc.). Por vezes têm um alcance mais vasto e incidem sobre aspectos sanitários (epidemias, mortalidade infantil, doenças crónicas, etc.) urbanísticos (realojamento) ou escolares (alfabetização). Apesar de muitas vezes este tipo de intervenção ser a mais adequada, não combate as causas mais profundas da exclusão pelo que acarreta o risco de reproduzir a exclusão.

As estratégias preventivas tentam antecipar as causas mais imediatas ou as estruturas geradoras de exclusão. Um exemplo de sucesso deste tipo de intervenção vem no domínio da

saúde quando se fala de gravidez precoce e de risco, cuidados maternos, transmissão de doenças infecto-contagiosas, etc<sup>37</sup>.

As estratégias emancipadoras pretendem transformar as causas e procuram a implicação dos cidadãos e dos afectados, no sentido de uma crescente tomada de controlo destes sobre o seu processo de inserção (empowerment). Este tipo de estratégias exige porem tempo e competências específicas. Nos países do norte domina o pragmatismo e os planeamentos técnicos – ora porque as instituições temem perder os seus privilégios, ora porque faltam os meios – o que deixa os excluídos, na maior parte das vezes, fora dos processos de tomada de decisão.

Um dos problemas que se colocam às intervenções é precisamente o excesso de ambição face aos meios de que se dispõe. Embora a abundância de meios não implique necessariamente eficácia e eficiência, a falta de coerência entre objectos e os recursos disponíveis implica por vezes a desmobilização dos envolvidos. Neste sentido, muitas vezes mais vale uma boa ideia, uma boa equipa e os aliados certos do que um grande orçamento (Estevil, 2003).

No entanto, não existe “a estratégia” de combate à exclusão por excelência, ou uma espécie de catecismo que indique o caminho seguro para o sucesso. Ainda assim, conceitos como globalidade, integralidade, transversalidade, interdisciplinaridade no sentido de abordar o problema da exclusão nas suas diferentes dimensões económica, social, política e simbólica, têm ganho relevância e sido impulsionadas do ponto de vista das políticas e meios de financiamento publico. No mesmo sentido têm sido privilegiados os projectos que apostam no trabalho com as pessoas, no empowerment (consciencialização, facilitação de competências com vista à autonomia e responsabilização), na parceria, no envolvimento das empresas, na proximidade territorial e no encadeamento entre o local e o global.

É precisamente através da parceria que a integralidade da intervenção se torna possível. Para tal é necessário estarem acautelados aspectos relacionados com a exequibilidade de cada um dos âmbitos da intervenção de forma interligada, sendo para isso necessário não só mecanismos de planeamento e monitorização adequados como uma base de

---

<sup>37</sup> No entanto no campo social não existem casos de sucesso tão palpáveis.

comunicação sólida e comum entre os diferentes profissionais independentemente da sua origem de formação. Também ao nível da parceria<sup>38</sup>, não só os aspectos linguísticos muitas vezes aduzem a natureza da intervenção, mas também os aspectos culturais próprios de cada organização, bem como os seus interesses particulares ou visões múltiplas sobre o problema podem constituir um obstáculo, ainda que também um reforço positivo se bem canalizado. Para Maria João Freitas<sup>39</sup>, isso implica a disponibilidade das organizações e dos técnicos para reinventarem novos posicionamentos no sentido de serem nemos institucionais e mais adaptados aos problemas, mais eficazes e interventivos.

Se, por um lado, as intervenções desenvolvidas por um único actor com responsabilidades hierarquicamente consideradas superiores (top/down) podem resultar num despotismo exacerbado, que dificilmente pode responder ao carácter puridimensional e estrutural da exclusão. Por outro, as actuações em parceria, se não são delimitadas de forma clara as responsabilidades de cada um, estas podem correr o risco de diluição ou reforço de outras formas de despotismo<sup>40</sup>.

As equipas interdisciplinares provindas de diferentes instituições encontram outros problemas, como a falta de experiência de trabalho conjunto, os diferentes estatutos e os mandatos originais atribuídos pela organização de onde provêm (Estevil, 2003).

Ainda assim, a parceria permite ultrapassar os perigos do corporativismo ao mesmo tempo que quebra o isolamento dos indivíduos e dos pequenos grupos na medida em que obriga as organizações a construírem pontes entre si e com os indivíduos, tendo lugar quer a concertação formalizada quer o trabalho conjunto. Opõe-se por isso à concentração de poder e ao distanciamento face aos cidadãos, podendo ser uma forma de socializar e distribuir a produção, onde as decisões têm de ser partilhadas (Estevil, 2003).

A parceria tem ainda potencialidades ao nível da mitigação da compartimentação das políticas sectoriais, da separação das lógicas económicas, sociais e políticas, dos obstáculos

---

<sup>38</sup> A noção de parceria começa a ser utilizada no campo social na década de 80 do século passado (RAS, 1998 cit in Estevil, 2003) associado as acções locais e de cooperação transnacional e é incorporado enquanto principio estratégico no III Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza. Depois passa a ser usado na maior parte dos termos de referencia dos fundos estruturais e programas experimentais da União Europeia (Benington, J. Geddes M., cit in Estevil, 2003) e adoptado tanto nas intervenções locais como de escala internacional.

<sup>39</sup> Ideia exposta durante a discussão da versão preliminar deste texto.

<sup>40</sup> De facto verifica-se que os organigramas de trabalho em parceria, quando existem, nem sempre são claros (Estevil, 2003).

de colaboração entre sector público, associativo, redes sociais primárias e organizações com fins comerciais. Mas como dizíamos há pouco a ausência de acordo entre as partes pode servir de bloqueio à intervenção. Também uma organização deficiente ou níveis de desconfiança elevados são um obstáculo à rapidez e eficácia do processo de tomada de decisão. Neste sentido ganha relevância o primado dos interesses dos excluídos e comuns da parceria, sobre os particulares de cada organização, por facilitarem a superação das visões particulares a favor da criação de uma compreensão comum sobre as prioridades e linhas orientadoras da intervenção. Quando suficiente madura a parceria pode transformar-se numa verdadeira rede de intervenção, sem que esta se confunda com a associação, que remete para uma relação jurídica mais forte e duradoura, coordenação, onde o compromisso é menor e tem um carácter de ordenação da dimensão organizativa, colaboração, porque existe implicação mútua, cooperação, que é marcada por uma relação entre iguais, ou associação. Alguns autores distinguem ainda *partenariado* de parceria (Rodrigues, F., Stoer, S. 1998).

Por último exploramos a importância da participação dos visados, sem a qual dificilmente se pode manter a sustentabilidade das intervenções (Estevil, 2003). Por isso se tem apostado cada vez mais na sua vinculação aos processos interventivos, quer seja pela simples participação nas actividades, quer pelo *empowerment*<sup>41</sup>.

Etimologicamente, participação significa fazer parte do todo e a sua utilização tem oscilado entre as exigências feitas pelas pessoas, grupos e comunidades no sentido de decidir sobre o seu próprio destino e o mecanismo formal através do qual a detenção de poder pode ser disfarçado e os implicados podem ser manipulados a favor de certos interesses particulares. Do ponto de vista político estes extremos têm expressão no reforço da democracia representativa, abrindo caminho e espaços de democracia participativa ou unicamente uma forma de legitimar e reproduzir os sistemas vigentes. É ainda entendida por alguns como tensão entre os que decidem de cima para baixo (*top/down*) e os que se organizam de baixo para cima (*bottom/up*), ou ainda uma nova forma de defender o acesso aos direitos e dotá-los de conteúdo efectivo (Estevil, 2003).

---

<sup>41</sup> A expressão inglesa *empowerment*, que pode ser traduzida em português por empoderamento, procura diferenciar as situações em que os visados pelas intervenções para além da participação, são capacitados e responsabilizados progressivamente para a tomada de controlo sobre o seu processo de emancipação.

Capucha (1990), por exemplo, relembra que no contexto português, os grupos deficitários de recursos são os que menos se fazem representar em organizações de poder, onde o exercício da violência é legitimado. Para este autor, neste contexto, promover a participação é criar os meios de promoção de representação dos pobres nas esferas de decisão política, através de instituição oficial dos seus interesses. Aspecto que só é possível pela escolha de líderes e a criação de representantes. O problema aqui é que o movimento associativo – mesmo que de natureza popular – nem sempre vai ao encontro dos interesses de todos os grupos excluídos, principalmente dos mais excluídos (e que se mantêm mais apáticos relativamente ao movimento) ou dos que pela forma de vida marginal que assumem, são antagónicos às condutas socialmente legitimadas.

Seja como for, a participação pressupõe em primeira instancia a informação. Assim, para analisar a qualidade que atinge a participação quando é materializada é necessário compreender qual a quantidade de informação, o tipo de informação, os canais utilizados para a passar, quais as barreiras que estão presentes, como é que é recebida e como é utilizada.

Em segundo lugar o indivíduo participativo tem de estar qualificado e organizado para esse efeito. Ganha importância a compreensão sobre o que se vai decidir, saber avaliar as consequências, conhecer os meios subjacentes à decisões. Por ultimo significa poder delegar, representar e controlar.

O nível da consulta não implica uma intervenção directa na decisão, mas um simples condicionamento e normalmente está associado a uma certa abertura num processo top/down. Existe ainda um substrato de participação que não passa pela tomada de decisão, mas pela implicação na multiplicidade de actividades que se realizam. Mesmo quando falamos de literatura este é a estratégia pensada como a “que melhor corresponde à situação objectiva e subjectiva das populações pobres e excluídas” (Estevil: 2003: 117), até porque pode ser um paradoxo insistir na participação quando a tarefa dos grupos mais afectados pela exclusão é o da sobrevivência. Nesta mesma linha Estevil defende que quando os desejos participativos surgem de baixo sob forma de auto-organização e dão expressão mais ou menos consciente às necessidades individuais e colectivas não costuma ser duradoira e sustentada, nem conduz à eficácia. Em contradição com estas teses estão as múltiplas experiências por todo o mundo, principalmente na América Latina e Ásia.

Para evocar o nível mais profundo da participação, têm-se falado de empowerment (Fresno, J. M. 1999), que remete para a redistribuição do poder e uma implicação activa de cidadania e comunidade local. Trata-se de fortalecer cada indivíduo, mas também reforçar o papel do grupo, as suas capacidades de expressão, de organização, de interlocução e negociação com outros grupos e instituições. É nesta perspectiva que Capucha (1990) defende que o associativismo popular é uma via para transformar os excluídos em grupos de pressão capazes de expressar os seus interesses, representar e negociar com as instituições de poder. Mas entendido assim o empowerment pode compreender uma atitude voluntarista de quem pode dar poder. O problema está que historicamente mais do que ser cedido ou mesmo partilhado, o poder é conquistado.

O movimento de conquista de poder por parte das populações excluídas tem ganho impulso no incentivo paradoxal que a globalização dá à intervenção à escala local, no sentido em que incita ao reforço das entidades e respostas locais. Por isso em termos públicos procuraram-se formas mais flexíveis de regulação que respondam ao reconhecimento da diversidade espacial e à especificidade das manifestações locais, à vontade de globalizar estas manifestações de acordo com as estratégias integrativas e dos vários sectores que se tentam aplicar, à necessária constituição de unidades territoriais que permitam identificar estruturas, mecanismos e processos próprios da exclusão e à utilidade de delimitar estas unidades para realizar análises e intervenções territorialmente significativas, quer correspondem ou não às competências e âmbitos da acção pública e privada. As necessidades são assim melhor expressas, ao mesmo tempo que se aumenta a proximidade das decisões, a mobilização dos afectados e a visibilidade dos actores.

Mas a resolução dos problemas locais passa muitas vezes pela solução a nível mais global e os agentes locais estão muitas vezes dependentes de hierarquias centrais. Por outro lado os territórios são também eles heterogéneos e com tensões e conflitos mais ou menos latentes, e mais ou menos intensos, pelo que são necessárias tanto medidas endógenas como exógenas para uma intervenção eficaz. Também é preciso não esquecer que os poderes constituídos, o caciquismo e as cumplicidades podem ser mais fortes (Estevil, 2003). Por isso, a compreensão do jogo de actores e as consequentes estratégias de reforço dos aliados, diminuição dos inimigos, e envolvimento dos indiferentes tem ganho importância no âmbito das intervenções.



### ***Associativismo: Um Problema de Participação e Integração***

A discussão em torno do papel das associações na *regulação social* remonta a Rousseau e do ponto de vista sociológico ficou visceralmente marcada pelo desencontro de posições patente nas teorias de Tocqueville e Durkheim, por um lado, e Weber, por outro.

Segundo Robteutscher (2000), esta reflexão pode ser hoje dividida em duas perspectivas – em que as diferenças são parcialmente explicadas pelas metodologias seguidas – em parte concorrentes, em parte complementares, a saber: as *macroteorias* e as *microteorias*.

As macroteorias postulam que a integração associativa leva a uma maior paz social e desmobilização política, enfatizando que os indivíduos sem vínculos fortes a estruturas e à pluralidade de grupos independentes estão disponíveis para os *modos de intervenção anarquizante* (Kornhauser). Isto é, o associativismo possibilita às elites controlar e guiar o comportamento político dos cidadãos através das organizações, pela sua integração institucional, proporcionando a estabilidade democrática (Lazarsfeld, Berelson, Linz e Shils). As microabordagens, defendem que a militância associativa contribui para a aquisição de virtudes democráticas, funcionando como *escolas da democracia*, sendo por isso uma pré-condição para a actividade política (Robert Putnam e Verba).

Se Putnam defende que a participação social se encontra relacionada com a integração, a integração com a confiança e a confiança com a participação política, Matthew Crenson (num estudo sobre as vizinhanças), observa que populações locais com níveis de conflituosidade elevada tem um grau de actividade comunal e de envolvimento político mais intenso, o que o leva a pensar que quanto maior a desconfiança maior a acção (Robteutscher, 2000).

Paul Dekker (cit. in Robteutscher, 2000), por seu lado, apresenta a participação social como meio de prevenir o declínio na confiança social e de pertença de comunidade, sustentando a sua tese na fobia da desintegração social. Nesta linha, a participação é vista como uma forma de manipular as consciências, partindo do princípio que o sentimento de

propriedade adquirida por esta via aumentará o empenho na contribuição para alcançar os objectivos que são elaborados pelas elites.

Já Dominique Mehl (cit. in Viegas, 1986) contraria em parte esta tese ao ver a acção associativa como meio de definir interesses comuns, criar identidade própria, delimitar um campo de acção para produzir transformações sociais. Desta forma os grupos organizados em associação adquiririam maior poder local e político. Assim sendo, e partindo do princípio que não se pode mudar equilibradamente o que não se conhece, Dominique Mehl defende que a integração também pode ser vista como instrumento que possibilita manipular a ordem social e o status quo estabelecido, sem perder os seus aspectos mais positivos.

Se não há consenso quanto às repercussões da militância associativa, em relação à definição de associativismo, ou o que deve ser uma associação democrática, o quadro não é diferente.

Benjamin Barber (1984), fala em *organizações de base* e de *política enraizada nas bases* a partir de associações com espaço para o debate e participação individual, no pressuposto de que os indivíduos têm uma aptidão e gosto natural pelo envolvimento político. Na mesma linha de pensamento as teses *comunitaristas* falam de *unidades locais auto-organizadas*, isto é, organizadas de forma espontânea e autónomas, política e economicamente, como forma de promover as virtudes cívicas e o sentido de comunidade (Robteutscher, 2000) e que se constituem como “(...) espaços privilegiados de uso e transformação dos códigos e símbolos gerados nas condições materiais de existência (...), [e onde se expressa também a] luta simbólica não só entre as diversas camadas populares (...) mas englobando expressões culturais dos grupos sociais dominantes” (Viegas, 1986: 117). É nesta linha que Sara Evans e Harry Boyte (cit. in Robteutscher, 2000) apresentam as associações como *espaços livres* nos quais as pessoas adquirem uma nova auto-estima, uma identidade de grupo, competências públicas e valores de cooperação e de virtude cívica.

Já Joshua Cohem e Joel Rogers (cit. in Robteutscher, 2000), fundamentam a sua teoria no *corporativismo*, e falam na criação de *parceiros sociais* centrados e dependentes de um organismo central, justificando que os tipos certos de associação não surgem naturalmente. Estas instituições ao constituírem-se como “parceiros sociais” dos governos seriam capazes

de aumentar a competência governativa e melhorar os resultados económicos, tornando-se este modelo uma alternativa séria ao Estado-Providência Keynesiano.

Este modelo, foi porém alvo de várias críticas como por exemplo: o carácter autoritário da própria associação, a propensão para processos de burocratização, o decréscimo do potencial de integração social, a fraca capacidade para ensinar competências cívicas, as reduzidas possibilidades internas de participação, a excessiva exposição a processos de individualização, de onde lhe advêm dificuldades de aceitação pública e da consequente dificuldade para recrutar voluntários<sup>42</sup>.

Por isso os autores recuaram para um modelo assente em arenas de deliberação e de cooperação (que viriam a ficar materializadas, por exemplo, nas redes sociais criadas por todo o país), escola de democracia, competência, confiança e respeito pelos outros. Este modelo revisto privilegia o impacto cívico, deliberativo e gerador de solidariedade do envolvimento associativo.

Tal como Cohen e Rogers, Schmitter (cit in Robteutscher, 2000) acredita no papel democrático dos interesses de grupo. Em contrapartida não é a competência política e económica que lhe interessa, mas antes a desigualdade social. Para resolver parcialmente este problema, propõe um entendimento de *democracia secundária*, baseado em envolvimento associativo obrigatório e num sistema de senhas (*vouchers*) administrado pelo Estado. As associações teriam então um estatuto semi-público, e eram financiadas por contribuições obrigatórias (“colecta coerciva”), cujo os fundos seriam posteriormente redistribuídos pelos cidadãos.

Em contraponto a estas teorias está Hirst (cit in Robteutscher, 2000) que defende o velho ideal pluralista do voluntarismo, onde o Estado se encontra “reduzido” ao mínimo e cuja principal função é financiar as associações consoante o seu peso representativo na população. Estas por seu turno deverão assegurar todos os serviços antes atribuídos ao Estado-Providência.

---

<sup>42</sup> Sobre este assunto v. Robteutscher (2000)

Seja como for, na prática, as teorias *neo-pluralistas*, quer defendam maior ou menor protagonismo do poder central, têm encontrado, até certo ponto, reflexo nas políticas de bem estar europeias. Assim, não obstante algumas exceções importantes e os esforços para contrariar a tendência dominante, a verdade é que os subsídios do Estado e dos organismos internacionais, têm sido uma das principais fontes de financiamento e desenvolvimento do que se tem convencionado chamar de *terceiro sector*<sup>43</sup>, principalmente quando este é de base local.

### ***O Terceiro Sector e o Combate à Exclusão Social***

Até às décadas de 70/80 do Século XX, as iniciativas privadas de apoio aos excluídos estiveram em grande medida associadas a fidelidades religiosa ou de classe. Em qualquer dos casos a força mobilizadora provinha da crença numa salvação futura, fosse ela espiritual ou terrena (Estevil, 2003).

Neste contexto, não obstante as exceções, as organizações encontravam-se geralmente fechadas sobre si próprias, repetiam modelos marcadamente hierárquicos e exigiam a adesão ideológica. Nas suas lógicas de funcionamento raramente eram introduzidos critérios de gestão empresarial como seja as de programação, acompanhamento e avaliação das intervenções. As políticas económicas tendiam a ser ignoradas ou até desprezadas e a relação com o sector público eram esporádicas e pautadas pela desconfiança mútua, concorrência e mesmo antagonismo (Estevil, 2003).

Nos últimos 30 anos assiste-se a um ressurgimento e uma alteração nas formas de actuação, tanto a nível local como internacional, na Europa ocidental e fora dela (Singipyo, K., 2000). Desde logo a ruptura com as premissas cristalizadas e dicotomizadas: laicos/religiosos; conservadores/progressistas. Em sua substituição aparecem ideais mais pragmáticos como a solidariedade, paz, tolerância, direito à diferença, realização pessoal e amizade. Já não se trata de salvar as populações excluídas, mas procurar a sua autonomia,

---

<sup>43</sup> O terceiro sector está na base da emergente “economia social”. Este sector da economia das sociedades democráticas contemporâneas tem aparecido na literatura especializada com diferentes designações, como seja: “economia colectiva”, “economia operatória”, economia comunal” ou “comunitária”, “economia do terceiro sector”, “economia das actividades de objecto não-lucrativo”, “economia de interesse geral”, “economia participada”, entre outras (Rui Namorado, 1988).

tentar a inserção e não a sua integração. Ganha mais relevância por isso a reivindicação de direitos e a denúncia da discriminação como expressões de uma maior consciência de cidadania social que pode ser tanto institucionalizada como espontânea. Para caracterizar o mundo de cidadania organizada sem fins lucrativos hoje fala-se de terceiro sector<sup>44</sup>.

Ao contrario da teorização sobre associativismo e da noção de exclusão, a reflexão específica em torno do terceiro sector, privilegiadamente realizada por investigadores com formação de base económica e de serviço social – não obstante as diferentes denominações apresentadas para identificar aspectos similares – é substancialmente consensual, quer quanto à natureza do sector, quer quanto à caracterização dos seus objectivos.

Numa concepção impregnada pelo direito, Jacques Moreau (cit in Namorado, 1988) constatando que uma organização do terceiro sector é aquela que, sendo gerida por um grupo de indivíduos associados – e não por uma sociedade de capitais –, produz bens e serviços, define-o como um conjunto de pessoas morais que podem ser consideradas ao mesmo tempo como associação e empresa. Excluindo desta forma as empresas capitalistas, e as que dependem directamente do poder político.

Claude Vienney (cit in Namorado, 1988) aborda o problema por uma outra vertente, partindo de cada um dos termos que constituem a economia social: a utilidade dita económica e a utilidade dita social. Segundo este autor a primeira remete para a produção mercantil rentável, onde os capitais são investidos com o fim de obter bens e serviços vendáveis e lucrativos. O segundo remete para o *serviço público*, onde os recursos são mobilizados no sentido de fornecer gratuitamente bens e serviços aos utilizadores. Assim os organismos da economia social podem encontrar o seu lugar como intermediários entre as empresas e a administração pública.

Numa tentativa de síntese Thierry Jeantet (cit in Namorado, 1988) enuncia como principais objectivos da economia social, os seguintes aspectos: i) fazer de cada indivíduo um actor; ii) substituir colectividades suportadas ou impostas por colectividades escolhidas; iii) permitir aos indivíduos imaginar, dominar e realizar em conjunto e directamente, um projecto cujo a finalidade é primeiro o homem, quer o seu objectivo seja económico ou cultural ou

---

<sup>44</sup> A noção de terceiro sector remete desde logo para uma perspectiva económica da militância associativa.

desportivo ou sanitário; iv) conciliar as preocupações sociais e económicas afim de provocar novas dinâmicas. O quadro que se segue relaciona a visão de Thierry Jeantet sobre o terceiro sector com a de outros dois autores

**Quadro 1:** Matriz de caracterização das organizações do terceiro sector

| Thierry Jeantet (1986:19)  | Luis Carrell (1986: 37)                                | Isabel Vidal Martinez (1988: 19)                                    |
|--|--|---|
| Livre associação de indivíduos                                       | Livre associação de indivíduos                         | Livre associação de indivíduos                                      |
| Gestão Democrática   | Democracia   | Distribuição democrática do poder                                   |
| solidariedade tanto interna como externa                             | Solidariedade  | Não existe uma absoluta dissociação entre capital social e trabalho |
| não acumulação individual de lucro (justa repartição dos excedentes) | afecção do excedente segundo os respectivos princípios | Gestão rentável   |
|  |  | Reserva irrepartíveis   |
| Qualidade dos serviços e produtos                                    | serviço ao interesse geral                             | Gestão de serviços em contraposição à gestão do benefício           |
| Desenvolvimento do individuo (pela formação e a cultura)             |  |   |

**Fonte:** Rui Namorado (1987)

Seja como for, as organizações do terceiro sector transformam-se em prestadoras de serviços tendencialmente e progressivamente regidos por lógicas de eficácia e eficiencia empresarial, sendo por isso introduzidos modelos de gestão, e até critérios de qualidade<sup>45</sup>, que implicam a realização de diagnósticos, planeamento de actividades e projectos, fases de estruturação /operacionalização cuidadas, uma execução profissionalizada e uma monitorização e avaliação tendo em vista a melhoria continua, ao mesmo tempo que são exigidos processos de tomada de decisão participados e horizontais. Passam também a ser privilegiadas as parcerias com outras associações, nomeadamente através da filiação em federações, redes e plataformas locais, nacionais e internacionais, são igualmente modificados as relações com o mundo empresarial – que por razões mais ou menos comerciais apostam cada vez mais na chamada responsabilidade social – e realizada uma aproximação ao sector publico, no sentido de procurar a complementaridade.

Um dos motores desta mudança tem sido sem dúvida o problema do financiamento. Apesar das fontes de receita serem relativamente diversificadas (venda de bens e serviços, quotização dos membros, donativos particulares e institucionais, etc.) a verdade é que no contexto da Europa Ocidental é o financiamento público que garante o funcionamento da

<sup>45</sup> Veja-se por exemplo os manuais de qualidade do Instituto de Segurança Social para Centros de Dia e Creches.

maior parte das organizações sem fins lucrativos, mantendo-as por essa via sob um certo condicionamento no que diz respeito a regras de intervenção e funcionamento interno e sujeitas a manipulações políticas.

Defourny J., Faneau J. E. Laville, J. L. e Döring, R. Kegler, M (ed) (cit in Namorado, 1988) identificam outras ambiguidades e contradições no terceiro sector, como seja: dificuldades em articular interesses particulares com interesses gerais, verificação da sua capacidade de representação das populações excluídas, precariedade das condições de trabalho dos seus colaboradores, sequestro da voz dos pobres nas mãos de uma crescente profissionalização, erupção de critérios de gestão empresarial, mais racionais e menos relacionais, crescente concorrência inter-associativa, o risco de abandono da lógica da doação e da reciprocidade pala procura de benefícios. Em fim, dificuldade de combinar objectivos de intervenção social com as exigências de gestão empresarial.

Apesar de todas as dificuldades e contradições, o terceiro sector tem desenvolvido um leque variado de actividades cuja relevância poucos colocam em causa, como sejam preventivas, motivadoras, formativas e informativas, de acompanhamento, mediação e negociação, interlucção e parceria, na área da saúde, ambiental, cultural, educativa, inserção profissional ou emprego, entre outras. Neste âmbito há que destacar o forte crescimento do mercado de formação por via do Fundo Social Europeu e a criação de empresas sociais e centros de adaptação à vida activa, no que se tem genericamente domominado em Portugal de mercado social de emprego (Estevil, 2003).

Em síntese, as associações – entendidas ou não como parte integrante do terceiro sector – têm ganho relevo material no processo de regulação social nas sociedades modernas de democracia complexa, em resultado do processo que levou ao capitalismo desorganizado. Mas se, por um lado, a natureza das associações as remete para formas de vinculação e organização menos formais e burocráticas, por outro, a crescente responsabilização e em alguns casos, principalmente nas organizações locais, a dependência de subsídios estatais, tem exercido pressão no sentido da sua profissionalização. A tensão surge assim entre uma legitimidade de base social pouco organizada e a necessidade de darem resposta a problemas complexos que exigem a identificação, a conceitualização, a aplicação e a avaliação de políticas, programas e projectos de intervenção, que resultem em bens e serviços de

qualidade. Poderão as exigências de eficácia do mercado e sector público condizer com as práticas que o terceiro sector se torne mais selectivo conduzindo à exclusão (Estevil, 2003).

Por último a função do terceiro sector também tem passado por dar voz e capacidade de pressão, embora nem sempre os que digam ser a voz das pessoas os integrem ou os representem. Este debate é complexo, mas pode começar pelas condições materiais que permitem ou impedem a participação dos excluídos. É possível constatar que certos grupos em função da sua especificidade ou problemática (incapacitados, ex-reclusos, ciganos, desempregados ou base territorial local), adquirem consciência colectiva e fazem reivindicações, iniciam processos de interlocução, criam actividades e denunciam situações (Estevil, 2003).

Nas palavra de Capucha (1990), a ligação entre as associações locais e as organizações de poder, desenvolvem-se em dois sentidos: as associações procuram apoios e recursos para desenvolvimento próprio e dos grupos que representam e as organizações de poder procuram legitimação junto das populações. Segundo este autor, é na zona de confluência entre a lógica de acção local e supra local que o associativismo se pode tornar um instrumento de desenvolvimento e combate à pobreza.

### ***Hipóteses de Trabalho***

Na base da revisão bibliografia apresentada ao longo desta dissertação, avançamos com as seguintes hipóteses de trabalho:

1. As associações apresentam mais potencial a nível da integração e diminuição dos riscos de anomia do que participativo e reivindicativo, na linha com o que defende Weber e as macroteorias do associativismo.
2. Tal como Toqueville e Habermas defendem a capacidade de mobilização e politização dos militantes e público-alvo, relaciona-se com a materialização de uma racionalidade dirigida a fins práticos.
3. As associações incluídas no estudo remetme para um quadro de dominação, onde os militantes se submetem a um mandato administrativo em troca de integração social.



4. O processo de tomada de decisão é tendencialmente circunscrito às cúpulas das associações que se apresentam como mediadores entre a população excluída e os órgãos de poder Estatal.
5. As associações alvo deste trabalho de investigação, regem-se pelos princípios identificados para as organizações do terceiro sector.
6. O modelo Top-down prevale-se em relação ao modelo Botton-up, quer ao nível das representações dos dirigentes associativos, quer das práticas associativas, por via da carga cultural característica do sul da Europa e da simi-periferia portuguesa evocada por Sousa Santos.
7. Em coerência, os dirigentes associativos pensam tendencialmente a exclusão como causa de disfuncionalidades sociais, em detrimento da responsabilidade individual.
8. O terceiro sector, ao reproduzir as lógicas de dominação do modelo de regulação social característico das sociedades modernas, mais do que alforde de novos modelos de sociedade é um meio de atenuar alguns dos bloqueamentos das sociedades, principalmente no que diz respeito ao assistencialismo.
9. Por estar fortemente associado à política de realojamento da população do ex-Casal Ventoso, o tecido associativo do Vale de Alcântara é maioritariamente recreativo e assistencialista.
10. Verifica-se a prevalência do associativismo de gestão e prestação de serviços em detrimento do associativismo reivindicativo. O associativismo de expressão deve ser residual, uma vez que se trata de população estabelecida na zona há mais de um século.
11. O funcionamento das associações é tendencialmente profissionalizado, mas tem lacunas graves e encontram-se longe dos critérios subjacentes à racionalidade da gestão eficiente e eficaz, baseada na qualidade.
12. Regista-se uma crescente cultura de parceria, por ter sido impulsionada pelas políticas Estatais.
13. Tratando-se de um bairro social, a abordagens de combate à exclusão social, incidem mais sobre a dimensão social e económica do que cívica, política e de qualidade de vida.
14. É possível relacionar as motivações de combate à exclusão social dos entrevistados e o princípio de reciprocidade.
15. Registam-se casos de aproveitamento político da “voz dos pobres” a favor de interesses particulares.

16. Não se verificam expressões de reivindicação fundamentados no desejo de auto-afirmação que podem chegar a modelar a sociedade ou os territórios semelhante ao que caracterizou no passado a Comissão de Moradores do Casal Ventoso.
17. Em coerência com o caldo cultural que envolve o objecto de análise, as estratégias paliativas e preventivas devem prevalecer face às estratégias reprodutoras e emancipadoras.
18. Da mesma forma as práticas de verdadeiro empowerment do público-alvo deveram ser residuais, devendo na maioria dos casos a participação situar-se ao nível da identificação dos problemas e realização das actividades.

## **Metodologia e Estratégia de Pesquisa**

### ***Relação Entre o Problema e a Estratégia da Pesquisa***

Nos moldes em que aparece definida, a problemática que baliza esta investigação gira em torno da compreensão do lugar – real e potencial – das associações (entendidas em termos latos enquanto organizações sem fins lucrativos juridicamente constituídas) nos sistemas democráticos complexos das sociedades modernas contemporâneas. Trata-se de abordar a capacidade das associações se apresentarem como a base de um modelo alternativo de regulação social, em virtude da falência do Estado de providencia e da apregoada crise da democracia representativa.

Se de acordo com a perspectiva de Bourdieu, “só se pode (...) compreender o funcionamento das instituições burocráticas entre a visão «estruturalista» (...) [e a] visão «interacionista»” (1994: 93-94) este trabalho estava destinado a respeitar uma metodologia de síntese. No mesmo sentido, Robteutscher (2000), afirma existir a necessidade de recorrer ao cruzamento do desenho das associações, obtidos pelas micro abordagens, com os resultados de padrões comportamentais, apurados pelas macro abordagens, como forma de compreender melhor a problemática que envolve o associativismo.

Por outro lado, e como elucida Bourdieu, é “em função de uma certa construção do objecto que tal método de amostragem, tal técnica de recolha ou análise dos dados, etc. se impõe” (1994: 24)”. Ora, neste caso – depois de circunscrever a nossa unidade de análise às associações sediadas nos bairros de realojamento da população do Casal Ventoso (Ceuta Sul, Ceuta Norte e Cabrinha) – foi possível reunir um conjunto de informações de carácter extensivo, com base nos estudos anteriormente realizados. Assim, suportados nas conclusões

de base estatísticas que deles se pode extrair, pudemos privilegiar um conjunto de técnicas normalmente associadas à análise intensiva, de forma a compreender melhor o contexto, o desenho organizacional e operativo das associações em estudo e as representações e posicionamentos dos seus dirigentes.

Foi este o ponto de partida para enquadrar sociologicamente as associações dos bairros em estudo no âmbito da teorização sobre o associativismo, bem como caracterizar o seu papel na dinâmica comunitária local. Para isso, relacionamos as representações dos dirigentes associativos sobre os processos de combate à exclusão e regulação social, com aspectos constitutivos e históricos das associações, os âmbitos de actuação e os processos organizacionais e institucionais associados à gestão, como seja: processos de tomada de decisão e comunicação, a natureza dos recursos mobilizados e fontes de financiamento e os vectores que balizam as relações institucionais, com os filiados, com os públicos-alvo e com outros organismos e instituições.

### ***Operacionalização da Estratégia da Pesquisa***

Nenhuma investigação pode ignorar – embora a sua função seja exactamente procurar romper com o conhecimento dado como adquirido, mesmo quando tido como válido cientificamente – o conjunto de estudos e reflexões que criam a base da construção de um objecto de estudo e ajudam a dar um determinado sentido à investigação. Partindo deste princípio básico, as consultas bibliográficas procuraram ser variadas e estariam centradas essencialmente nos problemas metodológicos de investigação e nas abordagens sociológicas no âmbito da regulação social nas sociedades modernas contemporâneas de democracia complexa, da exclusão social, do exercício da cidadania e das organizações sem fins lucrativos e por inerência do associativismo. Recorreremos também a textos e reflexões de perspectiva teórica e estatística de diversa ordem especialmente a histórica, a económica e a de serviço social, que tiveram o mérito de nos ajudar a levantar e enquadrar o problema em análise.

Para o mesmo objectivo considerou-se ainda pertinente consultar todo um conjunto de documentos e registos de carácter público, produzidos pelos órgãos legalmente reconhecidos

e que apresentaram dados relevantes de caracterização do tecido associativo local e comparação entre os dados apurados durante a investigação e a realidade envolvente, quer seja local, regional ou nacional. Foi na base de alguns destes documentos e do contacto não estruturado estabelecido com interlocutores privilegiados nomeadamente os que têm um conhecimento aprofundado sobre a actuação das associações sedeadas na zona geográfica definida, que se seleccionaram o número significativo face ao contexto de associações para aprofundamento do estudo empírico, tendo como variáveis chave do processo de selecção: o objecto social (ou âmbito de actuação), relevo/pertinência da intervenção desencadeada e o tipo de estrutura organizativa espectável.

Com a base teórica definida, o contexto envolvente caracterizado e escolhidas as associações a submeter a análise empírica, foram contactados as associações, com o apoio de interlocutores locais, a fim de ser realizada uma entrevista semi-directiva gravada, dirigida a um representante de cada uma das associações (privilegiadamente o membro da direcção) com o fim de compreender a dinâmica interna e a actuação externa de cada entidade. A informação recolhida por este processo foi complementada, sempre que possível, por análise documental de fontes primárias com carácter público de cada uma das associações, como sejam os Estatutos, planos e relatórios de actividades, organigramas, site institucional, brochuras e prospectos informativos e outros referentes à organização e actuação da associação.

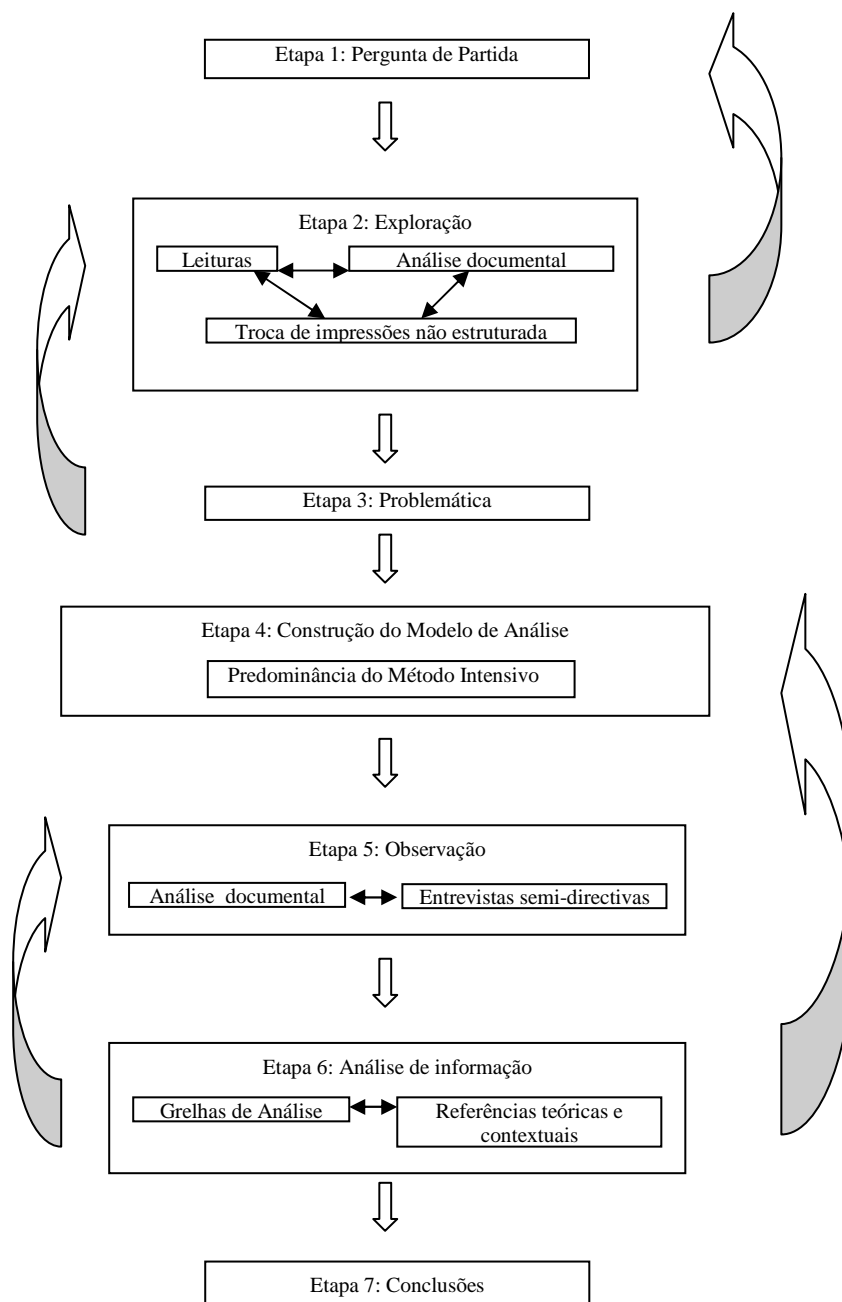
### ***As técnicas de tratamento e análise da informação***

A revisão bibliográfica e a consulta de documentos para enquadramento teórico e contextualização do objecto de estudo foi registado em fichas de leitura. Já a informação relativa a cada uma das associações, recolhida através de técnicas associadas ao método intensivo, foram sujeitas a análise de conteúdo com base na estruturação de categorias e dimensões em grelha construídas para o efeito. Pela associação dos fenómenos identificados às categorias e dimensões teóricas validadas em estudos anteriores, procedemos à tipificação das formas de organização e actuação de cada uma das associações incluídas neste estudo.

O conjunto de material recolhido será sujeito a três níveis de análise: descritivo, relacional e interpretativo/prospectivo, por forma confirmar (ou não) as hipóteses lançadas e lançar novas hipóteses e linhas de investigação

O esquema que se segue recorre ao modelo proposto por Raymond Quivy e Luc Vam Campenhoudt (1998) e procura resumir o processo de investigação, tal como foi desenvolvido.

**Esquema 1:** Etapas do Processo de Investigação



## **Análise de Dados**

### ***Uma Leitura dos Contornos Constitutivos e Estatutários***

Uma das consequências do modelo de intervenção preconizado pelo poder público durante o processo de realojamento do Casal Ventoso, foi a proliferação de associações locais. De acordo com os registos da Gebalis<sup>46</sup>, existem 50 organizações sem fins lucrativos sedeadas no Vale de Alcântara. Destas, só 17 é que tem intervenção na zona, sendo que 5 são associações/clubes desportivos locais e 3 são associações/federações de caris desportivo extra local. Sobram 8 associações e uma misericórdia com caris eminentemente interventivo (social ou reivindicativo), algumas das quais direccionadas para a promoção da qualidade de vida de um grupo específico.

Entre as 7 entidades incluídas no estudo, 5 tinham ou estavam em vias de ter o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). Uma tinha natureza desportiva e a outra o estatuto de utilidade pública e de Organização Não-governamental para o Desenvolvimento (ONGD).

O estatuto de IPSS é um requisito para celebrar acordos com a Segurança Social e ter acesso aos benefícios concedidos por este organismos estatal, numa lógica de prestação de serviços às populações em nome do Estado. No mesmo sentido, o Estatuto de ONGD, confere para além de benefícios fiscais, acesso aos financiamentos do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), para que em nome destes as associações, desenvolvam a política de cooperação do Estado junto de países terceiros e em território Português.

---

<sup>46</sup> Empresa municipal responsável pela gestão dos bairros do Vale de Alcântara

Torna-se assim patente que o cariz estatutário das associações analisadas, com excepção da que tem natureza desportiva, está visceralmente marcado pelo que Viegas denomina de *associativismo de gestão e prestação de serviços*<sup>47</sup>.

Deste ponto de vista, com excepção de um caso que será apresentado de seguida, confirma-se o aparecimento de ideais mais pragmáticos em detrimento das premissas cristalizadas e dictomizadas: laicos/religiosos e conservadores/progressistas.

De acordo com as circunstâncias constitutivas, as entidades entrevistadas podem ser subdivididas em função da sua antiguidade, tendo sido identificados dois casos distintos. Entidades que se podem designar de históricas, por se terem formado e intervirem no Casal Ventoso/Vale de Alcântara pelo menos desde o início do período democrático. Entidades recentes, por terem 10 ou menos anos de existência.

Também se podem subdividir em função do que parece ter estado na base do seu aparecimento, já que 3 apresentam elementos que associam a sua constituição a necessidades apresentadas pelo Estado, particularmente ao processo de realojamento da população do Casal Ventoso nos três bairros que nos servem de unidade de análise. Nestes casos o financiamento e benefícios de instalações concedidos pela Câmara Municipal como forma de implementar o seu modelo de desenvolvimento na Zona, reforça o cariz associativo de gestão e prestação de serviços de que se falava à pouco.

*“... porque primeiro o grupo funcionou sem ser em associação... como técnicos que estavam a ser acompanhados e liderados pelo gabinete [de Realojamento do Casal Ventoso]... Depois houve a necessidade de formalizar a associação. (...) Foi um desafio do Gabinete de Realojamento do Casal Ventoso para que apresentássemos um projecto piloto para trabalharmos a integração social, sobre a população que vinha ser alojada aqui no bairro...”*  
(entrevista 3)

*“Nós fizemos este serviço a pedido da Câmara... a Câmara pediu-nos especificamente para intervir aqui no Vale de Alcântara e na altura também no...”* (entrevista 2)

As outras 4 associações parecem estar mais marcadas por iniciativas designadas pelas teses *comunitaristas* como *unidades locais auto-organizadas*, onde dirigentes mal preparados,

---

<sup>47</sup> É importante notar que foram entrevistadas 6 das 8 entidades há pouco designadas com cariz interventivo.



numa lógica voluntarista resolvem fundar uma associação<sup>48</sup>. Embora também nestes casos, todas tenham acabado por se instalarem no Vale de Alcântara aproveitando a cedência ou acordo vantajoso com a Câmara Municipal, em termos de utilização de espaços.

*“... A possibilidade da Câmara cede um espaço dentro daquele Bairro para nós estarmos. E nós com certeza aceitamos” (entrevista 1)*

*“não tínhamos instalações, não tínhamos equipamento, (...) foi muito complicado ao início. Mesma na constituição da associação, não ainda não tínhamos constituído nenhuma associação” (entrevista 2).*

Se algumas das entidades – principalmente as históricas – poderiam estar em condições para pelos próprios meios aceder a instalações para o seu funcionamento, a verdade é que todas as entidades de constituição recentes, com excepção de uma, parece ter carecido de apoios para o arranque inicial. Essa carência deu lugar a uma deturpação profunda do cariz auto-organizado de três associações. Duas por ter reorientado o seu objecto social, desvirtuando o seu posicionamento inicial (que se encontrava de acordo com o que Dominique Mehl apresentou como características fundamentais do associativismo participativo<sup>49</sup>), para o colocar mais de acordo com as prioridades políticas do Estado. A outra por se ter vinculado directamente a uma luta política e ideológica fortemente conotada institucionalmente, fazendo-se assim uma extensão das pretensões de terceiros.

*“...confesso que sem dinheiro... sem ovo não se fazem omeletas... Porque não havia qualquer tipo de acordo de cooperação com a segurança social nesta lógica de investigação... e portanto logo no início houve uma alteração estatutária para se alargar para outros âmbitos” (entrevista 6)*

*“Porque de facto a Igreja, na altura do referendo contra o aborto que nós conseguimos o primeiro dinheiro para fazer face à despesas do dia-a-dia, da água, da luz, etc...” (entrevista 1)*

Do ponto de vista constitutivo nota-se portanto uma convivência entre o associativismo tendencialmente corporativo apregoado por Joshua Cohem e Joel Rogers – mas que também se pode revelar pluralista ao jeito de Hirst – e o associativismo auto-organizado. As dificuldades financeiras e a possibilidade de acesso a fundos, particularmente

---

<sup>48</sup> Na verdade a falta de preparação dos dirigentes é evocada também por uma outra associação cuja constituição se encontra directamente associada aos apoios camarários.

<sup>49</sup> Sobre este assunto ver capítulo 6

por via do modelo de intervenção pensado pelo Estado para o Vale de Alcântara fez com que o primeiro ganhasse progressivamente espaço relativamente ao segundo.

### ***Sobre os Aspectos Organizativos***

Como vimos nos capítulos precedentes uma alternativa ao modelo de regulação social de base associativa, está fundamentado na participação dos cidadãos nestas estruturas sociais. A realidade das entidades incluídas neste estudo, não foge à regra do que foi apresentado anteriormente como comum no contexto da Europa do Sul por Robteutscher (2000) e Jordi Estevil (2003). Desde modo, a participação dos sócios e filiados é caracterizada pela existência de um núcleo duro, bastante activo do ponto de vista estratégico de tomada de decisão e uma massa que tem uma visão utilitária ou mesmo completamente desmobilizada e desinformada quanto à vida associativa. Estas circunstâncias são alias conhecidas pelos dirigentes, que as lamentam explicitamente de forma resignada.

*“Mesmo as pessoas que usufruem dos serviços nem percebem muito bem que isso é uma associação e que as pessoas podem e devem participar (...) as questões associativas são um problema de todas as instituições... isso tem sido uma lacuna nossa” (entrevista 6)*

*“nunca pode ser activa se as pessoas não conhecerem o processo (...)“Eu acho que é reflexo de todas as colectividades e todas as associações... há muito pouca participação” (entrevista 3)*

*“Nós fazemos todos os anos o dia da instituição – uma festa – (...) e eles vêem (...) enfim, é a nossa, é a nossa participação” (entrevista 5)*

A entidade que parece ter maior capacidade mobilizadora, embora também aqui só nas circunstâncias em que estão em causa fins práticos, é precisamente a que mantém a maior independência financeira em relação aos organismos públicos. É uma capacidade que lhe parece advir da estratégia de envolvimento e da natureza das actividades desenvolvidas.

*“Não, nós próprios vamos à procura e falamos com eles e “Vai só faz é bem” não sei quê. Mal eles entraram no ginásio uma vez, entram vem o treino e ficam logo malucos. (...) Os próprios que andam lá, apertam com os outros. Nós no principio de abrimos, o treinador teve que passar a fechar a porta do ginásio. Havia miúdos a chorar à porta do ginásio que queriam entrar.” (Entrevista 7)*

Seja como for, a militância associativa está longe da visão do cidadão actor participante, capaz de governancia. É antes caracterizada por uma certa sujeição a condicionalismos externos, como seja os interesses de mediadores legitimados e pagos para o efeito.

Por um lado, a falta de militância é pouco justificada face á taxa de desocupação da população residente nestes bairros, por outro, obedece a pelo menos dois padrões que enunciámos nos capítulos anteriores no contexto europeu, a saber: pessoas pouco escolarizadas tendem a ser menos participativas; a implementação de mecanismos de racionalidade técnica dificulta a mobilização dos indivíduos.

Com efeito, o regime de gestão dominante tem um cariz semi-profissional. Todas as entidades têm pelo menos um dirigente renumerado, por vezes a tempo inteiro. É este, suportado por um serviço administrativo e financeiro pago, que faz a ponte para um núcleo duro de dirigentes que se mantém, mais ou menos, atento ao desenvolvimento das actividades desenvolvidas pela associação<sup>50</sup>.

A gestão de algumas entidades é feita por conveniência dos justificativos a apresentar junto dos financiadores, sendo que todas possuem contabilidade organizada e relatório de actividades. É por necessidade de financiamento e prestação de contas à segurança social que se iniciam também alguns processos de certificação da qualidade.

*“Tá a falar do que? De um manual de higiene e segurança no trabalho? Agora temos porque estamos a tratar dessas coisas e temos a identificação disso...” (entrevista 3)*

Os mecanismos de gestão na área do diagnóstico, avaliação e comunicação são na maior parte dos casos inexistentes ou incipientes. Quando criados ou usados estão associados à pressão dos financiadores. São por isso circunscritos aos projectos em detrimento de sistemas que abranjam toda a entidade.

*Existe diagnostico desactualizado...Existe é de 2000 e foi feito [por nós]. (...) Tem a utilidade que se pode atribuir a um inquérito...caracterização...existente nesta zona...vai servindo...extrapolando para a restante população (...)* (entrevista 3)

---

<sup>50</sup> Na maior parte dos casos a participação dos dirigentes não remunerados passa por conversas informais e assembleias-gerais. Num dos casos são realizadas reuniões de direcção quinzenalmente.

*Nós avaliamos essencialmente, os utentes que trabalham connosco (entrevista 2)*

*“A avaliação que fazemos é nas reuniões com os utentes porque não está previsto na candidatura a avaliação (...) avaliação da câmara é mandar o folhetozinho e dizer : agora preenchem aí...” (entrevista 3)*

*“Cada projecto tem o seu sistema de informação e depois é feito realmente a nível trimestral, semestral e anual. A avaliação mediante esses instrumentos.” (entrevista 4)*

*“...os nossos mecanismos acabam por ser a estatística, porque nós usamos estatística para aproveitar o nosso relatório que fazemos todos os anos. Isto acaba por ser o nosso mecanismo de avaliação. Porquê, porque é esta estatística que precisamos para o relatório.” (entrevista 1)*

Por isso mesmo e uma vez mais, a marca diferenciadora aparece na única entidade entrevistada que não mantém relativa dependência do Estado. Esta não possui qualquer tipo de instrumento ou mecanismo de diagnóstico ou avaliação para além da percepção individual de quem dirige a instituição, alimentada por conversas informais mantidas com quem está envolvido com a vida institucional.

Neste, mas também nos outros casos, o problema que se coloca, na base do que foi discutido anteriormente quanto à capacidade das intervenções resolverem efectivamente o problema das populações, é que sem diagnósticos e processos de avaliação cuidados, podem estar em causa aspectos relacionados com a pertinência e a coerência interna e externa. Ficou por exemplo patente o desconhecimento – mais ou menos profundo – ou a ancoragem a preconceitos por parte dos entrevistados, quando chamados a caracterizar a realidade em que se inserem.

Também como acontece com a maior parte das instituições sem fins lucrativos, todas as entidades entrevistadas, incluindo a que não mantém relações financeiras de dependência com o Estado, tem uma base técnica remunerada, com formação superior e recorrem a trabalho voluntário ou a parceiros para reforçar a sua capacidade de intervenção.

Com uma actuação na maior parte dos casos balizados pelos financiamentos exteriores, afirmam que a única dificuldade que têm ao nível de recursos humanos, está relacionada com os atrasos de pagamento e possíveis cortes de financiadores.

*“...devido à instabilidade financeira da Câmara (...). Nós nunca sabemos se para o próximo mês as pessoas continuam ou não.” (entrevista 2)*

As necessidades de formação, apesar das limitações existentes, é para algumas das entidades um dos aspectos de gestão mais valorizados e conseguidos, logo a seguir a contabilidade organizada e a organização de arquivos.

*A formação é sempre bem vinda...nos somos apologistas da formação (...) de vez enquanto temos necessidades em determinado sector...damos formação...Temos uma bolsa de formadores...Damos formação mas podemos, podemos não ser nós...Nessa área...organiza-se workshops...Formações que nos temos...A ideia é funcionar como uma empresa...não é preciso muita gente mas é preciso contratar serviços especializados... (entrevista 6)*

Também ao nível dos recursos materiais, as instituições parecem estar na maior parte dos casos apetrechadas de forma adequada. As dificuldades enunciadas por alguns dos entrevistados relacionam-se sobretudo com o défice de espaços físicos para o desenvolvimento/alargamento das actividades.

De um ponto de vista mais estrutural, os dados recolhidos no terreno apontam para que todas as organizações respeitem, tal como era esperado a partir da realidade sul europeia, modelos hierárquicos em termos de organigrama. Entre estes domina a estrutura simples, onde o dirigente remunerado, orienta directamente os técnicos no terreno. Este modelo organizativo característico de organizações pequenas é normalmente flexível, dinâmico e permite uma reacção rápida às situações. Em contraponto é comum neste modelos não existirem regras claras, poucas oportunidades de ascensão dentro da organização e uma excessiva dependência do dirigente associativo.

Em coerência, o modelo de comunicação mais recorrente é o denominado “em Y”, onde o membro da direcção com funções executivas, ou o director executivo, aparece como mediador entre uma direcção distante e a equipa técnica no terreno. Este modelo coexiste de forma simultânea com uma comunicação em todos os sentidos, estabelecido entre a equipa técnica ou com uma comunicação onde o decisor executivo faz a ponte entre as diferentes valências operacionais.

Quanto a questões financeiras e de sustentabilidade das organizações, podemos verificar que uma entidade financia-se através da venda dos seus serviços a utentes/cliente. Duas encontram fontes de financiamento particular (entre donativos e prestação de serviços) capazes de criar alguma base de sustentabilidade própria. As outras, embora em alguns casos possuam recursos próprios e ou/complementares, esperam que a sustentabilidade das intervenções seja em grande medida conseguida por financiamento Estatal, a quem aliás atribuem a responsabilidade directa do serviço que prestam às populações. De entre estas últimas duas procuram proactivamente orientar as suas actividades para prioridades políticas e diversificar as suas fontes de financiamento.

Em termos globais a análise aponta para uma crescente profissionalização ou racionalização técnica da gestão das instituições. Essa racionalização é feita na base de uma certa ou total dependência em relação ao financiamento do Estado e à consequente necessidade de prestação de contas. De salientar que parece confirmar-se que o carácter desvinculado – e portanto auto-organizado – de uma das associações, lhe confere maior capacidade de mobilização. Esta encontra-se, pelo menos aparentemente, associada a uma racionalidade dirigida a fins práticos e à natureza das actividades desenvolvidas. Porém também nesta associação a participação efectiva da grande massa dos filiados no processo de tomada de decisão não é uma realidade.

Confirmada está também a tendência para algumas das contradições subjacentes ao terceiro sector como seja a precariedade das condições de trabalho dos seus colaboradores, a erupção de critérios de gestão empresarial, mais racionais e menos relacionais, o risco de abandono da lógica da doação e da reciprocidade pela procura de benefícios. Em fim, dificuldade de combinar objectivos de intervenção social com as exigências de gestão empresarial.

São elementos que reforçam as críticas apontadas ao modelo corporativo como seja o carácter autoritário da própria associação, a propensão para processos de burocratização, a fraca capacidade para ensinar competências cívicas (os militantes não participam) e a dificuldade de recrutar voluntários.

## ***Visões sobre o Problema da Exclusão***

Se, como viu atrás, os militantes depositam nos dirigentes associativos a responsabilidade de representarem os seus interesses, é no posicionamento que estes têm que se pode perceber predisposições actuais e tendências futuras no movimento de base associativa.

Alinhados com a visão dominante nos países europeus e em coerência com as mundividencias geradas a partir de uma organização societal fortemente dependente do Estado, os entrevistados tendem a apresentar a razões históricas, a sociedade, o seu funcionamento e uma política deficiente, como a causa primeira, quando não a única, da exclusão social. Os discursos encontram-se assim maioritariamente entre a linha apresentada por Rausseau e Durkheim e a *visão de monopólio* defendida por Marx, Weber e Marshall<sup>51</sup>.

*“Bem isso é geral. É uma questão do país. Não é uma questão local. Isso é uma questão geral. É uma questão de política nacional. As pessoas ganham pouco, pagam muitos impostos.” (entrevista 5)*

*“Essa tem a ver com questões culturais. Muita da população em termos culturais, tem-se ligado sempre a aspectos marginais – em que isto já vem de há muitos anos –, a nível de contrabando, tráfico de droga.” (Entrevista2)*

*“Andou-se a querer arranjar trabalho ninguém conseguia arranjar trabalho! Depois apareceu um gajo montado num grande carro, carregado de ouro (...). E um gajo com os filhos a passar fome em casa, “Epá se isto é só dinheiro vou-me já agarrar a isto.” A droga no Casal Ventoso começou assim. ... Começou logo toda a gente atrás. (...) Mas foram porque não tinham mais para onde ir.” (entrevista 7)*

Partindo do visão apresentada pelos entrevistados, a exclusão na zona assenta, como defenderam Rausseau e Durkheim, estaria fundada na ruptura dos vínculos sociais por desmembramento das relações entre o conjunto da sociedade e membros da comunidade. Estes por sua vez teriam deixado de reconhecer as regras subjacentes ao pacto social vigente.

A responsabilização dos indivíduos é menos comum e nunca é apresentada de forma isolada. Por vezes, encontram-se elementos que podem ser directamente associados ao modelo de especialização, que como vimos, apresenta o Estado como criador das condições

---

<sup>51</sup> Sobre este assunto ver capítulo 4

que possibilita que os cidadãos se responsabilizem pelas suas condições. Mas mesmo nestes casos, as medidas desenvolvidas pelo Estado são criticadas.

*“Eles estão habituados a viver aqui. De repente estão todos na mesma casa, onde há mais luz onde têm que partilhar casas, (...) com pessoas que não gostam. Onde têm que partilhar regras, que tem que ser estabelecidas e que são ultrapassadas às suas próprias custas. (...) Têm aquela dificuldade de bairrismo. Têm dificuldade, mas aos poucos foram-se habituando e são mecanismos de defesa e que se foram habituando, e vão-se moldando aos vizinhos e às situações em si.” (Entrevista 1)*

Apesar de criticarem as medidas e as abordagens da Câmara Municipal, no que diz respeito à falta de conhecimento do terreno, a verdade é que de forma coerente com os posicionamentos anteriores, é o Estado que todos, sem exceção, atribuem a responsabilidade primeira no combate à exclusão, não só financiando, como dando linhas de orientação e até mesmo tomando totalmente sobre a sua alçada os processos de inclusão.

*“Não perguntam a ninguém nem se juntam com técnicos dessa área mas que decidem (...) mas a preocupação é se o dinheiro chega para aquilo que tem de pagar...e o resto não interessa...” (entrevista 3)*

*“Foi o que eu disse agora no cinema Roma: “Meus senhores o vosso mal é que saem dos gabinetes, para vir para aqui (...) saem daqui vão outra vez para os gabinetes, mas na realidade os senhores estão de olhinhos fechados.” (entrevista 7)*

*“Ao Estado. Aos serviços “instituíveis”. (...) O que é as pessoas podem fazer? (...) Se fosse pra aí em 75 eu sei o que é que fazia (...) (entrevista 7)*

A radicalização do discurso do entrevistado 7, que como temos vindo a apresentar é proveniente da única organização que mantém independência sólida relativamente ao financiamento do Estado e que apresenta características de associação auto-organizada mais fiel, aponta agora para outra realidade. A da associação enquanto *espaços livres* na linha de Evans e Boyte de transformação de códigos e de luta simbólica<sup>52</sup>.

Mas em termos de posicionamento sobre o papel das organizações sem fins lucrativos as ideias expressas são muito mais contidas. Numa perspectiva unânime, caberá ao terceiro sector cobrir as deficiências do Estado, realizando o serviço que este não pode ou não

---

<sup>52</sup> Sobre este assunto ver capítulo 6



consegue fazer, mas que lhe caberia por incumbência. Num caso parece como mediador legítimo entre o Estado e os indivíduos e até, no limite, como regulador local por excelência.

*“Eu acho que o Estado é que devia fazer as coisas, mas por norma não as consegue fazer...Mas acho que o Estado tem que ser muito mais fiscalizador do que aquilo que é actualmente? (...) Estado devia...E acho que nessa questão de orientar, devem ser ouvidos todos os parceiros que estão no terreno. Mas depois tem que se criar uma linha”. (entrevista 2)*

Assim, os elementos analisados partindo do conteúdo das entrevistas fazem acreditar que estes dirigentes associativos, apesar de exigirem um papel no processo de tomada de decisão, dão prevalência aos chamados modelos Top-down, em oposição ao que poderia ser espectável partindo da premissa apresentada por Estevil (2003), onde os modelos Bottom-up se encontram numa fase de crescente legitimação.

Compreende-se por isso que os discursos manifestos para justificar os motivos que levam as entidades a agir, estejam maioritariamente (em 5 dos casos) relacionados com o primeiro grupo identificado por Estevil (2003): motivações – aqui institucionalizadas – que se apresentam sobre a capa de caridade, filantropia e assistência, mas que por detrás tem como base o princípio da reciprocidade mútua e receio de ricochete das más condições de vida.

*“E ver que estamos a fazer algo de útil e para bem da população em geral. (...) Temos, epá! Só temos é que ajudar, do que é pra bem da população é pra bem da população. É que [nós trabalhamos] não é só em prol dos sócios. [Nós trabalhamos] para a população em geral.” (entrevista 7)*

Existem também associações (duas) que manifestam motivações iniciais relacionados com a necessidade de reforçarem a posição reivindicativa dos seus membros e ao aumento das possibilidades destes acederem a melhores condições de vida.

*“Preocupava as questões relacionadas com o diagnóstico das deficiências mentais...sobretudo eram questões relacionadas com o meu filho é deficiente...o que é que ele tem...porque é que isto aconteceu...” (Entrevista 6)*

No entanto como foi demonstrado anteriormente são predisposições iniciais que são profundamente desvirtuadas pelas dificuldades de mobilização de recursos financeiros, que

tem como consequência um recenseamento do objecto estatutário, vocacionando-o para um assistencialismo que tem como alvo a população em geral.

Por outro lado, quando se explora as motivações latentes ao longo dos discursos, verifica-se que 4 dos 5 entrevistados apresentam elementos que indicam uma certa instrumentalização no sentido de aproveitamento do fenómeno da exclusão para defender interesses particulares, pessoais ou institucionais. Em 3 das entrevistas trata-se de um grupo de amigos/profissionais que procuram por essa via ter acesso aos fundos comunitários.

*“...era um grupo que estava a trabalhar num projecto de uma candidatura no âmbito do *Leonardo da Vinci* (...) Na altura estávamos a amadurecer o projecto e nessa fase como o grupo estava constituído...e estava com algumas ideias interessantes...o gabinete de reconstrução...decidiu colocar essa questão...porque não tinha profissionais..técnicos para acompanhar o alojamento daquela gente” (entrevista 3)*

*“Há sempre, há sempre necessidades. Não é só, porque... (risos). Pronto, isto tb, isto acompanha tudo, não é só facto de crescer em nível de projectos. Primeiro há necessidades, depois há os projectos e depois há os recursos, efectivos há necessidades.” (entrevista 4)*

São elementos que apontam para duas das incoerências identificadas anteriormente no que diz respeito ao terceiro sector: sequestro da voz dos pobres nas mãos de uma crescente profissionalização e risco de abandono da lógica da doação e da reciprocidade pela procura de benefícios.

Na verdade, e como se verá mais à frente, a capacidade da população do Vale de Alcântara fazer face ao seu caminho de inclusão é bastante questionada. Ainda assim é reconhecida uma responsabilidade dos indivíduos, partilhada com o conjunto da sociedade, por três entrevistados.

*“Eles também têm que fazer alguma coisa, não é. O governo faz, as instituições fazem, as ONG's fazem, as autarquias fazem, mas também as próprias pessoas têm que fazer alguma coisa, não é? Isto cabe mesmo a todos.” (entrevista 4)*

## *Análise das Intervenções Desencadeadas*

### **Publico alvo, abordagens e estratégias de intervenção**

O público-alvo mais transversal das intervenções das entidades incluídas no estudo são as crianças e os Jovens, que fazem explicitamente parte do discursos de 5 dos 7 entrevistados. As duas entidades que não os mencionam directamente, fazem alusão geral à população excluída do Vale de Alcântara, como público-alvo. Os outros públicos abrangidos por estas organizações são variados e vão desde os toxicodependentes a todas as populações desfavorecidas do mundo. Uma das instituições tem âmbito nacional e outra internacional, pertencendo a uma rede de organizações que fazem cooperação para o desenvolvimento. Todas as outras são eminentemente locais.

O tipo de abordagem aos problemas de exclusão foi o aspecto mais difícil de explorar junto dos entrevistados, por ser o que maior necessidade de abstracção tem. Sem a possibilidade de colocar directamente hipóteses que pudessem induzir respostas, procurou-se obter elementos concretos que levassem ao objectivo almejado: perceber que abordagens eram seguidas por estas instituições.

A diminuição da marginalização por aproximação ao centro, por inculcação de valores e práticas, é perceptível em seis das entrevista realizadas. Outra das estratégias comuns é a do recursos aos grupos primários como forma de aumentar os níveis de integração.

*A instituição não pode fazer tudo sozinha. E por muita qualidade que tenha a instituição e por muita qualidade que tenham os funcionários, senão houver colaboração dos pais, o trabalho que é feito aqui durante o ano, se não for complementado em casa, é diluído. Nós introduzimos (...) algumas práticas (...) enfim e depois as coisas foram passando umas para as outras. As crianças não tinham hábito de lavar os dentes, após as refeições e aqui têm, têm essa prática, sempre que tomam uma refeição, lavam os dentes. (...) Quem diz isso, diz outros hábitos que era, os hábitos da higiene, havia miúdos que chegavam sem tomar banho, (...), o hábito de tomar o pequeno-almoço, (...). São esses hábitos que são muito difíceis de combater. Não se pode obrigar um mãe (...) Deve-se instruir a mãe para a higiene pessoal, para a alimentação, (...) enfim a consciência dos pais, temos conseguido aos poucos. (entrevista 5)*

Esta estratégia de conciliação entre uma integração simbólica com recursos às sociabilidades encontra eco na perspectiva que Castel (cit in Estevil, 2003) já antes enunciada, ao dar importância acrescida no papel da família e grupos de pares na criação de códigos de conduta.

A transversalidade, embora nunca completamente conseguida, é de resto cada vez mais uma realidade. Por isso as equipas de técnicos são privilegiadamente multidisciplinares. Na ausência de recursos próprios, os parceiros aparecem como alternativa fiável e regular para cobrir competências complementares.

*“E aí está uma das grandes ajudas que o X nos deu, (...), foi arranjar-nos psicólogos. Temos psicólogos e temos os médicos dos Y que estão a colaborar connosco e dão-nos toda a assistência que precisamos através de protocolos que estabelecemos com eles. Já não estamos sozinhos.” (entrevista 7)*

Outras abordagens identificadas isoladamente são a promoção da visibilidade<sup>53</sup> do problema e o encadeamento entre o local e o global. Já a criação de riqueza, com a excepção de um projecto que aposta na formação e integração profissional de jovens desempregados, ou está ausente ou é pouco valorizada pelos entrevistados<sup>54</sup>.

Fica assim comprometida um dos veículos mais fundamentais para a ruptura do ciclo de exclusão: a criação de autonomia financeira própria para aceder a bens e serviços. O facto de medidas relacionadas com o mercado social do emprego não terem uma forte implementação é ainda mais incompreensível se se tiver em conta as taxas de desemprego na zona, a que fizemos alusão anteriormente.

Uma das razões pode ter sido a política de atribuição de lojas – de resto pouco coerente com o volume de verbas disponível na linha de financiamento de inserção profissional do programa Urban Vale de Alcântara – que é alias questionada pelos entrevistados.

---

<sup>53</sup> Este aspecto tem particular importância no contexto, já que um dos problemas da zona é precisamente a estigmatização do exterior.

<sup>54</sup> Uma das instituições tinha como objectivo inicial proporcionar emprego aos seus membros, mas deixou cair essa pretensão para adoptar uma mais assistencialista.

*“Por exemplo se olhar para este bairro não é, há uma série de lojas, ocupadas, mas fechadas, não é?!  
E nós perguntamos, passamos aqui diariamente e perguntámos: “Mas porque é que eles às vezes não abrem?” (entrevista 4)*

Outras razões podem estar relacionadas com as dificuldades em desenvolver intervenções deste tipo, junto de uma população fortemente estigmatizada e estruturalmente marcada pelo mercado informal.

Ausentes estão também projectos de caris experimental, sendo que as intervenções encontram-se limitadas – mais ou menos consoante o grau de independência, que é marcante para pelo menos três instituições – em termos temporais pelas directrizes e financiamento disponibilizado pelas instâncias estatais, que no caso (Segurança Social e Câmara Municipal, são os principais financiadores) tem apostado em projectos/intervenções, cujos financiamentos (mais ou menos avultados) são sucessivamente renovados.

Se nenhuma instituição parece recorrer a estratégias reprodutoras da exclusão – até porque como vimos foram sucessivamente afastadas as responsabilidades estritamente individuais dos excluídos – também é verdade que, como veremos mais à frente, a perspectiva do empowerment das populações continua a ser pouco efectiva, circunscrevendo-se na maior parte dos casos a actividades de cariz formativo/educativo. Isto se atendermos que inculcar valores, práticas e competências pessoais e sociais consideradas básicas é para além de um meio de integração, também um meio de emancipação.

As estratégias paliativas, que se debruçam sobre os efeitos mais flagrantes e urgentes, e preventivas, que procuram antecipar as causas mais imediatas das estruturas de exclusão, são por isso dominantes em todas as entidades auscultadas.

*“Já apanhávamos a pessoas na rua, já muito degradadas, as pessoas já num estado de saúde muito complicado e a nossa ideia era intervir, mais cedo, fazer mais prevenção da toxicod dependência, do que trabalhar mesmo com a toxicod dependência. (...) um dos nossos projectos foram nesse sentido.” (entrevista 2)*

### **Linhas de actuação e actividades desenvolvidas**

Tal com acontecia no que diz respeito às representações, também do ponto de vista das linhas de actuação seguidas e actividades realizadas pela esmagadora maioria das entidades, as entrevistas demonstram uma forte vinculação às linhas políticas e orientadoras do Estado. Principalmente através da Segurança Social, Câmara Municipal e em alguns casos fundos comunitários.

Com excepção da entidade que temos vindo a diferenciar por não estar dependente de fundos estatais, todas as outras parecem encaixar-se nos modelos *corporativos* assentes em parceiros sociais apresentados por Cohem e Rogers e de que falamos anteriormente. Exemplo disso são os percursos associativos marcadamente pautados pelo acesso a apoios públicos e reorientações políticas, que têm repercussão não só ao nível das linhas de trabalho no terreno, mas também do funcionamento e das relações com outras entidades. De seguida são apresentados alguns excertos de entrevistas que suportam esta ideia transversal a toda a análise realizada

*“...tínhamos o ATL com 100, 100 crianças. Hoje não temos ATL, pelas razões que, que deve conhecer, enfim o ATL hoje em dia é subsidiado pelas escolas do Estado (...). Nós tivemos, graças a Deus uma visão do acontecimento e numa altura em que o nosso ATL já estava a decrescer, terminámo-lo.”*  
(entrevista 5)

*“a constituição..a cedência do espaço ....o alargamento..e o Urban são os quatro pontos chave...”*  
(entrevista 6)

*“...no tempo do João Soares tínhamos orçamento que chegavam aos (X contos) (...) depois com a entrada do Santana Lopes (...) decidiu...destruir...ou pelo menos acabar com a algumas coisas...”*  
(entrevista 3)

*“Até ali tínhamos uma técnica que vinha do ME porque a alfabetização era certificada pelo Ministério (...) [depois] a politica foi as pessoas que querem aprender a ler e ser certificadas...tem de ir aos agrupamentos. [por isso, fizemos] uma parceria com uma instituição (...) que tem um centro de novas oportunidades”. (entrevista 3)*

*...é porque também tem havido mais apoios (...), o nosso papel enquanto sociedade civil, não é? (...)  
pelo menos a perspectiva que eu tenho é o grande crescimento que tem tido.” (entrevista 4)*

*“Nós dependemos da Segurança Social, não é, e portanto são eles que nos vêm também vigiar, como é que nós estamos a trabalhar, como é que estamos a prestar contas, prestar declarações, prestar os orçamentos, apresentar o nosso trabalho, mostrar as nossas casas para que eles percebam o trabalho desenvolvido”. (entrevista 1)*

*“Hoje em dia, mesmo em qualquer candidatura valoriza-se também muito as parcerias, daí também a procura e o desejo de nós termos parcerias”. (entrevista 4)*

*“Todas as instituições de solidariedade social, vivem basicamente através de acordos celebrados com a Segurança Social” (entrevista 5)*

*“Éramos os braços da Câmara Municipal... o Gabinete do Casal Ventoso era o instituto publico municipal... e éramos os braços no terrenos e tínhamos de dar resposta as solicitações. (...) Quando as instituições estabelecem alguns objectivos numa candidatura e estão a querer que paguem os serviços que são prestados...” (entrevista 3)*

As organizações maiores e com mais história, demonstram ter maior capacidade para angariar fundos alternativos. Estas entidades têm também maior peso de negociação junto dos órgãos de decisão

*“Temos de angariar sócios, temos que angariar mecenas que nos apoie (...). Às vezes há empresas que querem fazer campanhas conosco (...). Por norma, o que nós conseguimos é ter feedback a nível de recursos, tentamos sempre que a empresa em questão acarrete esses custos (...)” (entrevista 1)*

*“Depois os utentes participam, mas nós estamos num meio complicado, difícil, a vida portuguesa não está fácil.” (entrevista 5).*

*“...através de grande pressão junto de vários políticos e de muitas horas de negociação. Senão nós não estaríamos aqui, estaríamos noutro lado. Lá em baixo que era o que se pretendia, debaixo dos prédios, uma sala aqui, outra sala ali.” (entrevista 5)*

Uma análise cabal dos discursos, induz ao pressuposto que três das entidades entrevistadas estão fortemente dependentes das estruturas do Estado para funcionarem. Outras três encontram-se moderadamente dependentes, isto é, poderiam continuar a funcionar, por via do pagamento dos utentes, prestação de serviços às empresas ou donativos de particulares, embora tivessem de suprimir algumas actividades e serviços. Só uma das entidades parece não depender do financiamento Estatal para funcionamento. O encaixe financeiro neste caso,

como em outras duas instituições, vem do pagamento por parte dos utentes. Mas mesmo neste caso as receitas, não possibilitam o alargamento da intervenção que é vista como uma obrigação do Estado.

*“Nós temos muitas pessoas, muitos atletas, falta-nos um polidesportivo, falta-nos um pavilhão, falta-nos um campo. (...) Nós a única coisa que precisávamos era de infra-estruturas para andarmos para a frente. (...) do conhecimento que eu tenho da maior parte das colectividades de Lisboa, estão paradas por inoperância dos seus dirigentes (...). Nós aqui estamos travados pelas entidades oficiais, que não nos dão as condições para podermos desenvolver a actividade.” (Entrevista 7)*

É também uma a entidade de recorre ao apoio e prestação de serviços às empresas. Uma relação que é regida por protocolos e seguimento cuidado, para que o nome da instituição não apareça dissociado da sua missão.

*“Quer dizer nós tentamos sempre estabelecer desde o início as condições (...) que não nos prejudiquem a nós de forma alguma, que não prejudique também a empresa de forma alguma” (entrevista 1)*

Estes elementos parecem confirmar que o lugar do terceiro sector é conquistado por aproveitamento do espaço deixado a descoberto pelas instâncias públicas ou com fins lucrativos.

### **Sobre [as dificuldades de] envolvimento da população**

Já aqui se fez referência à escassez de iniciativas vocacionadas para a criação de condições de autonomia ao nível do rendimento. Veja-se agora que as medidas de combate à exclusão política, com a excepção do apoio dado às populações para se relacionarem com organismos oficiais, são praticamente nulas. Quer se trate de acções cívicas e reivindicativas, quer se trate da promoção do empowerment.

A realidade participativa propriamente dita do público-alvo nas intervenções cinge-se na maior parte dos casos a processos de recolha de informação sobre as suas preferências. Todas as entidades, com excepção de duas, revelam mesmo dificuldades ao nível do envolvimento nas actividades, reconhecendo por vezes incapacidade para ultrapassar o problema.



*“Não sei o quê, não sei o que fazer! Nós falamos com as pessoas, convidámo-las, chamámo-las. Dizemos que.. que é bom para as pessoas, informámo-las que é gratuito, as pessoas inscrevem-se, precisamos de instalações, as pessoas não aparecem, que mais podemos fazer? Não podemos ir buscá-las a casa, não é? É difícil. (entrevista 5)*

Por vezes são realizadas actividades em que a população é chamada a ter um papel activo ao nível da preparação, adoptando-se nestes casos o que, como viu atrás, o que é pensado por alguns como a forma de participação que melhor corresponde à situação objectiva e subjectiva das populações pobres e excluídas.

*“em 2000 fez-se a marcha infatil do Casal Ventoso (...) .então a população ...uns fizeram os fatos..as roupas,..fizeram aquelas coisas todas... (entrevista 3)*

Nota-se neste particular alias a reprodução do modelo top/down que os dirigentes associativos legitimam na sua relação com o Estado. Neste caso, algumas associações preocupam-se em não ficar sujeito às mesmas críticas que fazem em relação à Câmara Municipal no que respeita ao facto de não serem ouvidos, mas a possibilidade de participação efectiva do público-alvo é tida como complicada, se não mesmo impossível.

*É uma população que dificilmente tem uma participação activa. São populações que estão sempre à espera de ver o que se vai passar! É uma população que foi durante 30, 40, 50 anos...sujeita a várias promessas e que nunca foram realizadas até 2000. (...) outras situações como verificar se os seus direitos e os seus deveres estão devidamente acautelados!!! Não há esse sentimento por parte da população porque vêm logo quando alguém da comunidade tenta dirigir um protesto sobre qualquer coisa. Os outros, mesmo que sejam beneficiários desse processo,.dizem logo: lá está aquele com a mania que é o dono disto tudo...”(entrevista 3)*

Por outro lado é reconhecido que as actividades que são impostas de cima, tem menor aceitação por parte da população e a entidade com uma marca mais auto-organizada reconheça mesmo competências cívicas no público-alvo, desde que seja mobilizado da forma mais acertada.

*“se eles não têm ideias próprias para dinamizar. Se são as instituições que dinamizam. Se são as instituições que dinamizam, façam lá o seu trabalho!! Essa é que é a complicação. Se nós entrássemos com uma marcha daqui, ou um rancho folclórico, para eles isso é sempre visto como sendo de terceiros” (entrevista 3)*

*“Será que estamos a fazer actividades que as pessoas não querem!!! Será que temos que ouvir! Basta perguntar?! Nós ouvimos as pessoas?! Ah... porque muitas vezes, nós os técnicos, temos ótimas ideias e temos até financiamento para pôr essas acções em prática, só que as pessoas afinal não sabem bem o que é. Se calhar se tivéssemos procurado primeiro às pessoas, o que é que elas queriam. Se calhar iríamos dizer coisas completamente diferentes do que aquelas que nós técnicos queremos, não é?”* (Entrevista 4)

*“Pode ser uma população muito rudimentar, sem instrução e não sei quê, mas sabem ver e analisar (...) pelo menos quem os tenta ajudar e quem tenta resolver a situação.”* (entrevista 7)

Na perspectiva do representante da outra entidade com capacidade mobilizadora (curiosamente uma cujas características de constituição e lógicas de funcionamento remetem para uma associação tipicamente parceira do estado) a mobilização só é possível quando se utiliza psicologia inversa.

*“Como as outras comunidades dos bairros sociais. Eles dificilmente têm uma atitude de construir. Eles tem uma atitude de estar contra! Se nós dissermos que é preciso fazer aqui o saneamento, porque não faz sentido ter aqui os despejos a céu aberto, .é preciso obriga-los para por o saneamento! Eles não põem! Agora se nós dissermos que A, B ou C não quer aqui o saneamento porque acham que não devem estar aqui as valas. (...) vêm quinhentos para abrir as valas! É assim! Eles tem que definir o inimigo. Se definirem o inimigo...eles vão por ai afora. Se nós estivermos sem o inimigo, a construir qualquer coisa...para a qualidade de vida...não resulta! Eh pá! Para quê! Eu só lá vou despejar o penico.....”* (entrevista 3)

Por estar tão patente o sentimento fatalista de menoridade, as actividades de verdadeiro empowerment – e que estão para lá do desenvolvimento de competências básicas – são realizadas somente por duas entidades incluídas no estudo e de forma mais ou menos marginal, no conjunto das intervenções e com incidência em grupos de jovens.

*“Estou a pensar, por exemplo, em projectos específicos onde uma actividade é simplesmente promovida pela, pelo um grupo de jovens. Portanto são eles que são responsáveis. Temos um outro projecto onde há uma associação de jovens que foi criado através de um projecto. Portanto sempre que isso é possível nós fazemos.”* (entrevista 4)

As dificuldades assumidas de participação do público-alvo nos processos de tomada de decisão levaram uma das entidades a montar um esquema complexo e progressivo: um elemento do público-alvo, pode tornar-se voluntário e a partir daí ser convidado a sócio ou

membro dos órgãos sociais da associação. Esta estratégia permite também responder a necessidade de renovação dos corpos directivos.

*“nós também convidamos pessoas para pertencerem aos órgãos sociais. Vamos conhecendo as pessoas (...) há eleições de 3 em 3 anos e há necessidade de se renovar os órgãos sociais (...) algum empenho e dedicação de algum voluntariado...de algumas pessoas...” (entrevista 6)*

Salientamos de seguida duas referências que envolvendo o público-alvo assumiram um cariz reivindicativo. A primeira e mais importante, marcadamente associada aos direitos de qualidade de vida – foi apresentada pela única entidade de foi constituída e manteve uma natureza auto-organizada. A segunda é demonstrativa de como a participação das populações do Vale de Alcântara se encontra sujeita aos interesses dos mediadores em quem depositam a esperança de interlocução junto de quem pode influenciar as suas condições de vida. De uma forma ou de outra todas as entrevistas apresentaram elementos a este nível, sendo que na lógica presente o interesse particular de facto se confunde com o interesse da população excluída. Neste caso, tal como Weber chama a atenção: os excluídos fazem cedências e tomam posições conscientes dos benefícios que daí lhes advêm.

*“E o que é que aconteceu isto foi má organização quando foram atribuídas as casas. Vieram para aqui todas as associações de Lisboa. O Dr. hoje não tem que ter dúvidas, quando ouvir falar de uma associação ou quando tiver que se deslocar a uma associação, pode ter a certeza que está aqui (...). No entanto aquilo que fazia falta aqui às pessoas não há. Um minimercado que vendesse peixe, que vendesse carne...” (entrevista 7)*

*“(...) como não estamos a pedir para nós...estamos a pedir para a comunidade...se dissermos á comunidade que A B ou C não está a cumprir, (...) Quando houve aquela grande dificuldade de oito ou nove meses sem receber...eles próprios sabiam...porque nós temos reuniões com os utentes no mínimo de dois em dois meses, onde é clarificada a posição da intervenção. Das dificuldades que vão surgindo..etc..etc.. E eles próprios pedem logo a tomada de decisões! Cortes de estrada! invadir a câmara! E nós vamos sempre pondo água na fervura porque também não é assim que se resolvem as coisas..achamos nós... (...) nao estamos isolados” (entrevista 3)*

Em resumo, e cruzando os dados agora apresentados com as dificuldades em mobilizar os indivíduos formalmente vinculados às associações podemos dizer que a maior parte das entidades incluídas neste estudo tem uma forma de actuação marcadamente

assistencialista, mesmo que essa assistência passe pelo desenvolvimento de competências pessoais e sociais impulsionadoras de processos de emancipação a longo prazo.

Parece assim que no Vale de Alcântara não é dominante um associativismo popular, que como afirma Capucha (1990) é capaz de transformar os excluídos em grupos de pressão capazes de expressar os seus interesses, representar e negociar com as instituições de poder.

### **À descoberta de parceiros**

O trabalho em parceria é o princípio de actuação mais bem enraizado em todas as instituições. Não nos cabe a nós fazer uma avaliação da política de intervenção pensada para a zona, mas não podemos deixar de contrastar os dados que de seguida são apresentados com as dificuldades que os responsáveis pelo programa URBAN afirmavam ter quando se iniciou o processo de realojamento<sup>55</sup>.

De facto, apesar de à data da realização do trabalho empírico não existir uma rede social em Lisboa, toda as entidades incluídas no estudo mantinham relações de parceria consolidadas com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos. Quatro destas instituições estavam mesmo inseridas em redes de parceria nacionais ou internacionais formalmente constituídas, como por exemplo a Rede Europeia Anti-pobreza.

As principais vantagens associadas a esta prática relacionam-se com o aumento das possibilidades de financiamento (directo ou por valorização da candidatura), complementaridade, disponibilização de serviços, aprendizagem mútua e garante de melhores condições de sucesso da intervenção.

*“Ah, prende-se com a dificuldade que nós temos em realizar determinadas acções sozinhos! E também para podermos alargar também um pouco mais os nossos horizontes. Sempre que pretendemos levar a cabo espectáculos, porque não temos uma sala de espectáculos conveniente, pedimos a sala das X. E eles emprestam-nos sempre a sala.” (entrevista 5)*

Ao contrário, as dificuldades são mais difíceis de encontrar, mas alguns dos entrevistados não hesitam em apresentar reservas quanto ao risco de desgaste da imagem da

---

<sup>55</sup> Sobre este assunto ver capítulo 3

instituição (se associada a alguma má prática cometida por outra), de concorrência ou sobreposição de actividades e valências, de perda de capacidade de crescimento, de fonte de conflito ou mesmo de diluição da identidade institucional.

*“Uns mais fortes que outros. Outros mais complicados. Se calhar há parceiros que nós gostávamos de ter e que se calhar não é possível ou porque não há abertura.” (entrevista 2)*

A perspectiva sobre o trabalho em parceria é por isso na maior parte dos casos positiva, *“desde que os objectivos sejam conciliáveis”*. Também facilita as relações de parceria as relações pessoais, a linguagem comum e cultura de abertura.

*“Porque tem a ver com a proximidade, das pessoas se conhecerem e têm uma vida ou se calhar os resultados são fáceis de alcançar. E estou a pensar em casos específicos de beneficiários, não é? Portanto se eu trabalho em rede para outra instituição, quer dizer conheço os técnicos, os técnicos se nos conhecem a nós, o trabalho desenvolve-se mais rapidamente e mais eficazmente.” (Entrevista 4)*

*“estamos abertos a todas as parcerias que nos surgirem. Aparte daquelas que temos, tudo que surgir e nós vejamos que é útil para a população, é óbvio que nos pomos logo ao lado dessas pessoas e tem todo o nosso apoio. Sem hesitação alguma.” (Entrevista 7)*

Caso distinto é uma vez mais a entrevista 7, que apesar do posicionamento iminentemente altruísta quanto ao trabalho em parceria, por motivos expressos de falta de apoio e descontentamento quanto à distância mantida pela Câmara Municipal em relação ao terreno, mantêm uma relação de conflito assumida com esta.

*“Eu com a Câmara não quero nada. (...) O X é uma (...) e agarra-se muito (...) A Câmara não dá, e a Câmara tem lá e a Câmara não nos ajuda e eu não posso ajudar porque eu não tenho dinheiro! E a Câmara não dá”. (entrevista 7)*

A parceria com empresas só se regista em três dos casos em estudo. Destes, um está fortemente consolidado, constituindo essa relação uma das principais fontes de receita. Pelo contrário outro só pontualmente é que recorre as parceiras que mantêm nesta natureza. O terceiro iniciou recentemente uma parceria para responder a um objectivo particular relacionado com um dos seus projecto.

## Notas Conclusivas

Como se viu, a modernidade acarretou consigo um conjunto de princípios de regulação social que puseram em evidência a tensão entre liberdade e igualdade. Num quadro de solidariedade orgânica, onde a exclusão por via da ruptura de vínculos com a comunidade moral aparece como um problema de primeira ordem, Durkheim, Weber, Tocqueville e um conjunto de outros autores, interrogam-se sobre o papel das associações enquanto instâncias capazes de colmatar algumas das lacunas deixadas a descoberto pelo Estado moderno. Este último, é apresentado com características tirânicas, coercivas e na perspectiva de Habermas contribui fortemente para a despolitização da esfera pública, ao colocar o enfoque nas questões técnicas em detrimento de uma racionalidade vocacionada para a resolução dos problemas práticos.

Se para as microabordagens, numa linha que remonta a Durkheim e a Tocqueville, a militância associativa é condição em si para que sejam compensadas as tendências anti-democráticas do Estado e de exclusão social/política das sociedades modernas. As macroteorias, na linha de Weber, falam da tendência para a reprodução de mecanismos de controlo administrativo-burucráticos (e da racionalidade técnico-científica acrescentaria Habermas) dentro das associações. Aceitando a relação entre integração e emancipação proposto pela perspectiva das microabordagens, esta linha apresenta as associações como instrumentos de dominação/domesticação dos modos de intervenção anarquizantes ou mesmo participativos.

Ainda como referido ao longo deste trabalho, os desenvolvimentos históricos ocorridos com a passagem do capitalismo organizado, para o capitalismo desorganizado veio proporcionar um crescente protagonismo das organizações de base associativa face à falência do Estado-Providencia. Um protagonismo que é em grande medida materializado na assunção do papel operacional na aplicação das medidas políticas de combate à exclusão.

É num contexto de recuo do Estado e alargamento da importância das organizações sem fins lucrativos que se tem falado da necessidade de uma inversão do modelo Top-down para um modelo Bottom-up. Porém, a realidade empírica europeia, e ainda mais o contexto de especificidade semi-priférica em que se encontra Portugal, continua a apontar para uma fraca mobilização, principalmente junto dos indivíduos de baixo nível económico e cultural. Esta constatação encontra-se em contradição com os pressupostos do que se tem denominado de governancia, a saber: o cidadão é participante e responsável dos benefícios de protecção social e dos mecanismos decisórios ao nível cívico, político, económico, social e de qualidade de vida.

A falta de capacidade das associações darem provas do seu potencial enquanto promotores da gestão comunitária, participada e democrática, leva Robteutscher a questionar a legitimidade da transferência de competências do Estado para as associações. Na perspectiva deste e outros autores que aqui exploramos, o modelo emergente – denominado por Mozzoli de Welfare Mix - pode estar visceralmente marcado pelas contradições já presentes em anteriores modelos de regulação social modernos, como seja: dificuldades em articular interesses particulares com interesses gerais, verificação da sua capacidade de representação das populações excluídas, precariedade das condições de trabalho dos seus colaboradores, sequestro da voz dos pobres nas mãos de uma crescente profissionalização, erupção de critérios de gestão empresarial, mais racionais e menos relacionais, o risco de abandono da lógica da doação e da reciprocidade pela procura de benefícios.

Foi na tentativa de encontrar elementos que ajudem a situar o lugar das associações no modelo de regulação social nas sociedades de democracia complexa que desenvolvemos a nossa investigação empírica. Esta incidiu sobre a realidade associativa dos Bairros de realojamento do ex-Casal Ventoso situados no Vale de Alcântara.

A escolha desta unidade de análise apareceu como interessante por dois motivos centrais: por um lado circunscreve população historicamente caracterizada por uma situação exclusão; por outro, o processo de realojamento foi caracterizado por uma política de reforço do tecido associativo da zona.

O trabalho empírico possibilitou confirmar que um dos aspectos marcantes despoletados durante e após o processo de realojamento foi a multiplicação do número de associações no local. Mesmo que se considere só as 17 que mantêm intervenção na zona, pode dizer-se que a prevalência de associações é elevada (1 associação por cada 305 habitantes). Entre estas encontram-se quase equitativamente distribuídas as que tem cariz desportivo e as de matriz interventivo do ponto de vista social ou reivindicativo, embora nenhuma das 17 tenha natureza sindical ou profissional<sup>56</sup>.

A partir da análise das entrevistas realizada (onde foram incluídas 6 das 9 organizações com matiz interventiva), foi possível constatar que as associações direccionadas para a defesa e promoção da qualidade de vida de grupos específicos – ou seja, todas as que demonstraram ter um carácter reivindicativo – ou a maioria das que foram constituídas a partir de uma lógica auto-organizada, viram-se obrigadas, por força da incapacidade de encontrar fontes de receitas alternativas ou do vislumbre do acesso fácil a fundos Estatais, a redireccionar o seu objecto e até mesmo a sua lógica de funcionamento. Desta forma, 6 das associações submetidas a análise aproximaram-se do que Viegas denominou de associativismo de *gestão e prestação de serviços*, sendo que 3 delas foram mesmo constituídas recentemente a partir de necessidades ou financiamentos estatais. Circunstâncias que estão alinhadas com as perspectivas mais restritas do modelo de regulação *corporativo* de Cohem e Rogers.

Outra tendência marcante na vida destas associações, de resto em linha com a realidade dos países do sul da Europa, é a existência de cúpulas de tomada de decisão, que tem à cabeça de uma estrutura eminentemente hierárquica um dirigente semi-profissional. A maioria dos militantes balanceia entre uma visão meramente utilitária e a perspectiva desinformada e desinteressada. Justifica-se neste caso as reservas dos que afirmam que os modelos fundamentados na governancia continuam longe de ter condições para serem efectivos. O que prevalece são modelos em que a força da massa dos militantes e público-alvo das associações é cativa dos interesses particulares de mediadores, a maior parte das vezes dependentes do Estado do ponto de vista político e financeiro.

---

<sup>56</sup> Encontram-se sedeadas na Zona Urban do Vale de Alcântara enumeras associações sindicasi e profissionais, mas nenhuma mantém actividade na zona.



A influência do Estado, por inerência da necessidade de prestação de contas para obter financiamento, pode não só constatar-se no que respeita às linhas de actuação seguidas e actividades desenvolvidas, mas também nos processos de estruturação organizativa no sentido administrativo-burucrático, numa racionalidade cada vez mais técnica. Porém o funcionamento destas associações encontra-se também longe do modelo profissional de eficácia e eficiência tido como adequado aos processos de implementação das políticas de combate à exclusão social por muitos autores, que defendem o crescente protagonismo do chamado terceiro-sector.

A dependência de financiamento Estatal é quase total para 4 das associações incluídas no estudo e forte ou muito forte para outras 2. Assim, a dinâmica (ou falta dela) dos processos de pagamento, faz com que um dos principais problemas destas associações seja a instabilidade dos recursos humanos e a continuidade dos projectos. Estes vão-se renovando sucessivamente mediante acordos periódicos com organismos públicos financiadores, que garantem o financiamento.

Ao reproduzirem um discurso legitimador do modelo Top-down, os entrevistados demonstram, do ponto de vista das representações, estar alinhados com a visão dominante no contexto Europeu, no que respeita às causas de exclusão e responsabilidades de inclusão.

De facto, pode-se situar os discursos produzidos entre as perspectivas de Rausseau e Durhheim (ruptura de vínculos sociais) e Marx, Weber e Marshaal (luta pelo monopólio dos recursos socialmente disponíveis), já que para os entrevistados a sociedade, o seu funcionamento e as deficientes medidas políticas são a causa primeira das situações de exclusão. Da mesma forma, é opinião unânime que às organizações sem fins lucrativos caberá realizar os serviços que o Estado, enquanto entidade responsável, não tiverem capacidade de satisfazer.

Tendo predominantemente como grupo-alvo crianças e jovens, as instituições submetidas a análise parecem privilegiar abordagens que estão marcadas por uma tentativa de diminuição da marginalização por aproximação ao centro. Na maior parte dos casos esta abordagem recorre ao princípio da transversalidade e a grupos de pares, em linha com o que foi defendido por Castel, mas deixa em suspenso iniciativas promotoras da autonomia financeira (empregabilidade).

De resto, num contexto interventivo onde dominam o assistencialismo com base em estratégias paliativas e preventivas, as medidas de verdadeiro empowerment estão praticamente ausentes e na esmagadora maioria dos casos só podem ser vislumbradas quando associadas a processos que apostam na integração como via de emancipação. Por isso mesmo, são raras as acções de combate à exclusão política de cariz cívico ou reivindicativo. Da mesma forma não existe uma verdadeira tentativa de incluir o público-alvo nos processos de tomada de decisão das intervenções. Até porque este não é entendido como capaz ou interessado. Por tudo o que podemos constatar ao nível dos representantes, podemos afirmar que se verifica uma reprodução do modelo Top-down no nível associativo.

As motivações manifestas apontam para a prevalência do princípio de reciprocidade como motor das iniciativas de combate à exclusão por parte das entidades incluídas no estudo. Os elementos recolhidos levam a acreditar que estas motivações coabitam com motivos relacionados com a instrumentalização do fenómeno da exclusão a favor de interesses particulares, pessoais ou institucionais.

O trabalho em parceria é o princípio de intervenção mais bem encrostado na forma de actuação de todas as instituições. É através dele que procuram prestar serviços complementares às valências que preconizam e procuram colmatar difíceis de competências próprias. Essas parcerias são múltiplas e abundantes quando se trata do sector público ou sem fim lucrativo. A relação de parceria com as empresas só se verifica de forma consistente num dos casos analisados e baseia-se numa lógica contratual de prestação de serviços.

Para lá da tendência dominante regista-se o caso particular da associação que manteve um carácter auto-organizado, se não mesmo de *espaço livre* (Evans e Boyte) de transformação de códigos e de luta simbólica (Viegas).

Note-se que esta associação tem quatro características distintivas: i) manteve independência económica face ao Estado; ii) é a que dispõe de mecanismos técnico-burucráticos mais rudimentares; iii) demonstra ter capacidade de mobilização dos seus associados, embora somente para efeitos de participação em actividades que tenham em vista a realização de fins práticos; iv) mantém um discurso de carácter reivindicativo (neste caso

de acesso a qualidade de vida), ou mesmo revolucionário, como forma de emancipação da população excluída.

Apesar disso, esta associação também demonstra incapacidade no que respeita à criação de condições de verdadeira participação no processo de tomada de decisão por parte de militantes e público-alvo. Da mesma forma a profissionalização, embora mais ténue que nos outros casos também se faz sentir ao nível técnico e directivo como forma de responder às ansiedades dos utentes que lhe servem de base de financiamento.

Também não encontramos nenhuma associação que assumisse o carácter reivindicativo aglutinador da associação de moradores de outros tempos. É como se o processo de realojamento tivesse saciado os anseios de qualidade de vida das populações.

Em resumo, fortemente favorecido pelas medidas de política, a matriz Top-down de natureza corporativa e de *gestão e prestação de serviços* domina no quadro associativo sobre o qual incidiu este estudo. Nestas associações verificou-se em grande medida as dificuldades e incoerências apontadas por estudos e reflexões anteriores.

Confirmam-se também as teses de Habermas e das macro teorias no sentido de associarem a racionalidade dirigida a fins práticos ou a auto-mobilização como factores importantes na mobilização dos indivíduos.

Finalmente, os dados apontam para um fosso, se não mesmo uma dificuldade estruturante – dado que a profissionalização requerida em intervenções tidas com maximizadoras no combate à exclusão social é aparentemente incongruente com a racionalidade dirigida a fins práticos necessária a mobilização individual –, ainda muito grande entre o almejado modelo de governancia e a realidade aqui observada. Justificam-se portanto, neste caso, as teses na linha de Weber, que apontam para uma relação de troca, onde o associativismo mantém um papel domesticador, no sentido em que privilegia a integração e legitimação da ordem vigente. Em troca o associativismo proporciona de forma imediata uma diminuição dos riscos de anomia individual, mas também mecanismos que poderão contribuir para a emancipação social que no entanto só se tornará visível, para maior parte dos casos, em termos geracionais.

Dado o carácter exploratório deste estudo, bem como das suas limitações epistemológicas, a maior parte das afirmações proferidas requerem confirmação e aprofundamento. Era, por exemplo, de grande utilidade, comparar estudos de associações com carácter auto-organizado provindas de diferentes classes sociais. Outra abordagem interessante seria a que proporcionasse medir o impacto do associativismo na integração e emancipação individual e geracional, tendo como unidades de análise indivíduos ou núcleos familiares.

## ***Bibliografia***

- ✂ **Almeida, João Ferreira de; Natália Alves, Luís Capucha, António F. Costa, Fernando Machado, Isabel Nicolau, Elizabeth Reis** (1992), *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta.
- ✂ **Amaro, Rogério Roque** (2002), 2002), *Estudo Sobre o Voluntariado Social nos Projectos de Luta Contra a Pobreza*. Lisboa. Fundação Aga Khan
- ✂ **Barbalel, J. M.** (1989), *A Cidadania*. Lisboa. Editorial Estampa.
- ✂ **Barber, Benjamin R.** (1984), *Strong Democracy. Participatory politics for a new age*. Los Angeles, University of California Press.
- ✂ **Beck, Ulrich** (1992), *Towards a New Modernity*. Londres, Sage Publications.
- ✂ **Berger, Peter L. & Thomas Luckman** (1998), *A Construção Social da Realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Petropolis, Vozes, 16 Ed.
- ✂ **Bauman, Zygmunt** (2000), *Liquid Modernity*.
- ✂ **Boudrillard** (1987), *Simulacra and Simulations*. Polity Press, Cambridge.
- ✂ **Bourdieu, Pierre** (1988), *Cosas Dichas*. Barcelona, Gedisa, pp. 102-107.
- ✂ **Bourdieu, Pierre** (1994), *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel.
- ✂ **Carreira, Medina** (1996), *As Políticas Sociais em Portugal*. Lisboa, Gradiva.
- ✂ **Capucha, Luís** (1990) "Associativismo e modos de vida", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 8. Lisboa, ISCTE.
- ✂ **Capucha, Luis** (1992), *Problemas da pobreza. conceitos, contextos e modos de vida*, Iscte. Tese de mestrado, policopiado.
- ✂ **Capucha, Luis** (1993), «Modos de vida e cidadania num bairro social: o caso do direito á habitação», in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*. Actas do Encontro de Vila do Conde, APS, Lisboa pp. 189-200.
- ✂ **Cardoso, A.** (1993), *A outra face da Cidade: Pobreza em Bairros degradados de Lisboa*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- ✂ **Chaves, Miguel** (1999); *Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico*. Lisboa Instituto de Ciências Sociais (ISCTE).
- ✂ **Costa, Alfredo Bruto da** (1998), *Exclusões Sociais*. Lisboa, Gradiva
- ✂ **Costa, Alfredo Bruto da, Isabel Batista, Paula Carrilho e Pedro Perista** (2008), *Um Olhar sobre a Pobreza: Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa Gradiva.
- ✂ **Coutinho, Manuela** (2002), *Economia Social em Portugal: A Emergência do Terceiro Sector na Política Social*. Lisboa, Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social e Associação dos Profissionais de Serviço Social.
- ✂ **Crozier, Michel e Erhard Freidberg** (1977), *L'acteur et le Système*. Paris, Points/politique.
- ✂ **Cutileiro, José** (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo*. Lisboa, Sá da Costa, pp. 121-199.
- ✂ **Dinis, Ésaúl** (1999), *Associativismo e Animação Socio-cultural*. Lisboa (Policopiado).
- ✂ **Durkheim, Emile** (1982), *O Suicídio*. 3ª Edição. Lisboa, Presença.

- ✂ **Durkheim, Emile** (1977), *A Divisão do Trabalho Social*. 2ª Edição. Lisboa, Presença.
- ✂ **Estevil, Jordi** (2003), *Panorama da Luta contra a Exclusão Social: Conceitos e Estratégias*. Genebra, Bureau Internacional do Trabalho.
- ✂ **Foddy, William** (1996), *Como Perguntar. Teoria e Prática da Construção de Perguntas para Entrevistas e Questionários*. Oeiras, Celta.
- ✂ **Freire, André** (2000), “Participação e abstenção as eleições legislativas portuguesas (1975-1995), in *Análise Social*, 154(5), pp. 115-145.
- ✂ **Giddens, Anthony** (1995), *As Consequências da Modernidade*. Oeiras, Celta.
- ✂ **Giddens, Anthony** (2000), *Dualidade da Estrutura: Agencia e estrutura*. Oeiras, Celta.
- ✂ **Habermas, Jürgen** (1987), *Técnica e Ciência como Ideologia*. Biblioteca de Filosofia Contemporânea. Barcelos, Edições 70.
- ✂ **Habermas, Jürgen** (1992), *Mudança Estrutural e Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro.
- ✂ **Henriques, José Manuel** (2002), *O Papel do Social nas políticas urbanas*. Policopiado
- ✂ **Inglehart, Ronald** (1990), *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton, Princeton University Press.
- ✂ **Leitão, Simão Cardoso e Gustavo Pereira** (2007), *Relatório de Avaliação: primeiro momento de avaliação do projecto Crescer em Rede*. Policopiado.
- ✂ **Mann, Michael** (1997), *The Sources of Social Power*. Cambridge, Cambridge University.
- ✂ **Marx, Karl** (1975), *Le Capital: Critique de l'économie politique*. Paris: Editions Sociales.
- ✂ **Marques, A. H. de Oliveira** (1981), *Guia da História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, Estampa.
- ✂ **Marshall, T. H.** (1977), *Class, Citizenship, and Social Development*. Chicago, University of Chicago Press.
- ✂ **Miaille, Michel** (2000), “Questões de Cidadania e Aprendizagem na Escola”, in José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (org.) *Cidadania, Integração e Globalização*. Oeiras, Celta Editora., pp. 11-24.
- ✂ **Mozzicafreddo Juan** (1997), *Estado de Providência e Cidadania em Portugal*. Oeiras, Celta.
- ✂ **Mozzicafreddo Juan** (1998), “Estado, Modernidade e Cidadania” in Viegas, José Manuel Leite e Costa, António Firmino da (Org.), *Portugal que Modernidade?*. Oeiras, Celta, pp. 245-283.
- ✂ **Namorado, Rui** (1988), *A Economia Social em Questão*. Coimbra, Oficina do Centro de Estudos Sociais – CES.
- ✂ **Olson, Mancur** (1998), *A Lógica da Acção Colectiva: Bens Públicos e Teoria dos Grupos*. Oeiras, Celta.
- ✂ **Pimentel I.** (s.d.), “A construção de uma ditadura nacionalista e autoritária.” In *Século XX*: 246-254.
- ✂ **Programa de Iniciativa Comunitária Urban II Lisboa: Vale de Alcântara**. Policopiado.
- ✂ **Quivy, Raymond & Luc Vam Campenhoudt** (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva, 2ª Ed.
- ✂ **Rawls, John** (1981), *Uma teoria da Justiça*. Brasília. Editora Universidade de Brasília.

- ✂ **Robteutscher, Sirgrid** (2000), “Democracia associativa. As instituições voluntárias como campo de treino para a democracia?”, in Viegas, José Manuel Leite & Eduardo Costa Dias (org.), *Cidadania, Integração, Globalização*. Oeiras, Celta, pp. 233-248.
- ✂ **Rodrigues, Fernando e Stephen Stoer** (1998), *Assistência Social em Portugal*. Lisboa, Instituto Superior de Serviço Social.
- ✂ **Ruivo, Beatriz e Eugénio Leitão** (1977), *O Sindicalismo do Funcionalismo Público na I República*. Lisboa, Seara Nova.
- ✂ **Santos, Boaventura de Sousa** (1994), *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-Modernidade*. Porto, Edições Afrontamento.
- ✂ **Santos, João** (2002), *Grupo de Interesses e políticas Públicas: O Caso do Associativismo de País*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- ✂ **Serrão, Joel** (1990), *Da Regeneração à República*. Lisboa, Livros Horizonte.
- ✂ **Silva, António Manuel** (1995), “A Igreja Lusitana e o republicanismo (1880-1910: Convergências e expectativas do discurso ideológico”, in *Actas do Congresso A vida da República Portuguesa, 1890-1990*. Lisboa, Cooperativa de Estudos e Documentação, pp. 739-756.
- ✂ **Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto** (Org.) (1994), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto, Edições Afrontamento, 8ª Ed.
- ✂ **Silva, J. A. Vieira de** (1997), *Caracterização Sintética dos Projectos de Luta contra a Pobreza*. Tróia, Ministério do Trabalho e Segurança Social.
- ✂ **Simões, G. João** (sd), *A Geração de 70: Alguns tópicos para a sua história*. Lisboa. Editorial Inquérito, 2ª ed.: 75-95.
- ✂ **Tocqueville, Alexis de** (sd), *Da Democracia na América*. Porto, Rés-Editora.
- ✂ **Touraine, Alain** (1984), *Le Retour de Lâcteur*. Paris, Fayard.
- ✂ **Viegas, José Manuel Leite** (1986), Associativismo e Dinâmica Cultural, in *Sociologia, Problemas e Práticas N.º 1*. Lisboa, ISCTE, pp. 103-121.
- ✂ **Viegas, José Manuel Leite e Eduardo Costa Dias** (2000), “Globalização e Novos Horizontes de Cidadania”, in José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (org.) *Cidadania, Integração e Globalização*. Oeiras, Celta Editora., pp. 1-8.
- ✂ **Vilaça, Helena** (1997, Julho), *Notas de pesquisa para o estudo dos grupos religiosos minoritários em Portugal*. Comunicação apresentada na XXIVª Conferência da Sociedade Internacional de Sociologia das Religiões, Toulouse.
- ✂ **Watzlawick, Paul** (1978), *La ríalíte de la Ríalíte: confusion, désinformation, Commenication*. Paris, Seril/Points
- ✂ **Weber, Max** (1944), *Economia y Sociedad: Esbozo de Sociologia Compreensiva*. Mexico, Fundo de Cultura Económica.



## Anexo 1 - Guião de Entrevista

Entr. \_\_\_\_\_

O presente instrumento insere-se num contexto mais vasto do processo de investigação para tese de mestrado e tem como objectivo único permitir um levantamento, tão detalhado quanto possível, das associações/instituições que desenvolvem actividades junto da população ali residente na zona urbana do vale de Alcântara. As informações recolhidas por esta via têm carácter anónimo e confidencial e serão utilizadas, sem quaisquer referências que permitam identificar os seus autores, exclusivamente para fins de caracterização do meio comunitário em questão. Agradecemos desde já a sua colaboração no processo de recolha de informação.

### I. ASPECTOS CONSTITUTIVOS DA INSTITUIÇÃO

1. Em que ano foi fundada a instituição?..... [ ] [ ] [ ] [ ]      2. Em que ano se deu a constituição legal da instituição?..... [ ] [ ] [ ] [ ]

3. Qual o estatuto jurídico com que a instituição se encontra inscrita no *Registo Nacional de Pessoas Colectivas* (RNPC)?

Associação..... [ 1 ]      Fundação..... [ 3 ]      Sociedade Desportiva (SAD)..... [ 5 ]  
Cooperativa (CRL, CRI)..... [ 2 ]      Sociedade civil..... [ 4 ]      Outro. Qual? \_\_\_\_\_ [ 6 ]

4. Para além desse estatuto, a instituição é detentora de algum outro tipo de estatuto complementar (*citar exemplos*) ?

4.1 Estatuto de Utilidade Pública..... [ 1 ]      4.3 Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD)..... [ 1 ]  
4.2 Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)..... [ 1 ]      4.4 Outro. Qual? \_\_\_\_\_ [ 1 ]

5. Em que ano a instituição começou a intervir no Vale de Alcântara?..... [ ] [ ] [ ] [ ]

6. Quais os principais motivos que levaram à criação da instituição/serviço e/ou que levaram a instituição/serviço a intervir junto da população do Vale de Alcântara?

Caso se trate de uma instituição cujo raio de acção transcenda o Vale de Alcântara, dirigir a questão para os motivos que levaram a instituição a intervir naquela zona e/ou junto daquela população

7. Quais as principais dificuldades que a instituição/serviço encontrou no início da sua existência?

Constrangimentos, obstáculos à criação da instituição/serviço

8. Como é que os Estatutos da instituição/serviço definem o seu *Objecto Social* ?

Objecto social: aquilo que a instituição faz, fórmula resumida através da qual a instituição sintetiza o a sua razão de existir - como definido nos Estatutos da instituição

9. Descreva sucintamente qual a *missão* que se encontram na origem do trabalho desenvolvido pela instituição

Pode ser mais lato que o *Objecto Social* da instituição

### II. HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO

10. Quais as principais actividades que a instituição tem vindo a desenvolver ao longo do seu tempo de existência?

Principais actividades desenvolvidas pela instituição, em termos históricos

11. Quais os principais momentos/episódios históricos que considera que foram mais marcantes para a vida da instituição?



### III. FUNCIONAMENTO INTERNO

12. Fale-nos agora um pouco da composição dos *Órgãos Sociais* da instituição...

| Total de indivíduos que compõem os <i>Órgãos Sociais</i> |                    | Número de indivíduos (N) |
|--|--------------------|--------------------------|
| Género   | Masculino          |                          |
|  | Feminino           |                          |
| Idade  | - de 18            |                          |
|  | 18 a 29            |                          |
|  | 30 a 65            |                          |
|  | + de 65            |                          |
| Grau de ensino   | Sem grau de ensino |                          |
|  | Ensino Básico      |                          |
|  | Ensino Secundário  |                          |
|  | Ensino Superior    |                          |
| Formação complementar (gestão ass/projectos...)          |                    |                          |
| Tipo de vínculo  | Remunerado         |                          |
|  | Não remunerado     |                          |

13. Agora, caracterize os *recursos humanos* da instituição...

| FUNÇÃO                                | CATEGORIAS | ? | TOTAL | Género |      | Nível de escolaridade / área de formação | Formação específica | Remunerados? |     |
|---------------------------------------|------------|---|-------|--------|------|--|---------------------|--------------|-----|
|                                       |            |   |       | Mas.   | Fem. |  |                     | Sim          | Não |
| Administrativos                       |            |   |       |        |      |  |                     |              |     |
| Serviços Gerais                       |            |   |       |        |      |  |                     |              |     |
| Serviço de Bar/Café                   |            |   |       |        |      |  |                     |              |     |
| Técnicos de Desporto                  |            |   |       |        |      |  |                     |              |     |
| Téc. formação/animação sócio-cultural |            |   |       |        |      |  |                     |              |     |
| Técnicos de Acção Social              |            |   |       |        |      |  |                     |              |     |
| Psicólogos                            |            |   |       |        |      |  |                     |              |     |
| Terapeutas                            |            |   |       |        |      |  |                     |              |     |
| Técnicos de saúde                     |            |   |       |        |      |  |                     |              |     |
| Gestores de projecto                  |            |   |       |        |      |  |                     |              |     |
| Outros. Quais? _____                  |            |   |       |        |      |  |                     |              |     |
| Outros. Quais? _____                  |            |   |       |        |      |  |                     |              |     |
| Outros. Quais? _____                  |            |   |       |        |      |  |                     |              |     |
| <b>TOTAL</b>                          |            |   |       |        |      |  |                     |              |     |

14. Quais são as principais necessidades que a instituição apresenta em termos de recursos humanos?

Ver afectação de mais trabalhadores (remunerados ou não e em que áreas de actividade / formação) e necessidades de qualificação dos trabalhadores existentes (mais uma vez, ver áreas de formação/actividade em que tal necessidade se verifica)

15. Quantos sócios tem a instituição?

15.1 Total.....|\_|\_|\_|\_|

15.1.1 Género masculino.....|\_|\_|\_|\_|

15.1.2 Género feminino.....|\_|\_|\_|\_|

16. Como é que caracteriza, em termos quantitativos, o nível de participação dos associados na vida da instituição?

16.1 Assembleias eleitorais

- Participam pouco.....  1
- Participam moderadamente.....  2
- Participam muito.....  3

16.2 Outras assembleias ordinárias

- Participam pouco.....  1
- Participam moderadamente.....  2
- Participam muito.....  3

16.3 Actividades da instituição

- Participam pouco.....  1
- Participam moderadamente.....  2
- Participam muito.....  3

Muito importante deixar o entrevistado falar e depois afunilar para questões fechadas

16.4.1 Relativamente à última assembleia eleitoral da instituição, qual o número de participantes?.....

16.4.2 E relativamente às restantes assembleias ordinárias da instituição, qual a média de participantes/sessão em 2007.....

17. Agora, relativamente à qualidade da participação dos associados nas assembleias da instituição, diga se:

- A sua participação é sobretudo activa (apresentam propostas, discutem os assuntos, etc.).....  1
- A sua participação é sobretudo passiva (intervêm pouco nas sessões).....  2

Muito importante deixar o entrevistado falar e depois afunilar para questões fechadas

18. Tendo em conta a actuação da instituição nos últimos tempos, classifique de 1 a 4 os aspectos de seguida enunciados, considerando 1 para classificar aspectos muito mal conseguidos e 4 aspectos muito bem conseguidos

| Aspectos  | 1 | 2 | 3 | 4 |
|---|---|---|---|---|
| 18.1 Funcionamento centrado nos resultados                              |   |   |   |   |
| 18.2 Negociação e conciliação entre os diferentes interesses envolvidos |   |   |   |   |
| 18.3 Exercício de Liderança   |   |   |   |   |
| 18.4 Legitimidade de quem exerce a autoridade                           |   |   |   |   |
| 18.5 Clarificação da organização interna                                |   |   |   |   |
| 18.6 Clarificação das atribuições e competências                        |   |   |   |   |

Muito importante deixar o entrevistado falar e depois afunilar para questões fechadas

19. Diga agora qual dos seguintes esquemas traduz de forma mais fiel a forma de organização e funcionamento da instituição (mostrar instrumento 2)

**IV. PARCERIAS DA INSTITUIÇÃO**

20. A instituição encontra-se filiada em alguma organização, confederação, federação, união, etc.? Em caso afirmativo, diga qual ou quais.

- 20.1 Não se encontra filiada em nenhuma entidade do género.....  1
- 20.2 Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa.....  1
- 20.3 Associação de Futebol de Lisboa.....  1
- 20.4 CPCCRD.....  1
- 20.5 Federação Portuguesa de Ciclismo.....  1
- 20.6 Federação Portuguesa de Futebol.....  1
- 20.7 Inatel.....  1
- 20.8 Outra. Qual? \_\_\_\_\_  1
- 20.9 Outra. Qual? \_\_\_\_\_  1
- 20.10 Outra. Qual? \_\_\_\_\_  1

21. A instituição desenvolve ou tem desenvolvido, de forma pontual ou permanente, trabalho em parceria com outras entidades?

Ver tipo de entidades (parceiros públicos, privados, locais, regionais, internacionais) e relação e envolvimento da instituição com as restantes entidades parceiras. Ver parceiros em projectos específicos

22. Caso a instituição seja filiada noutras organizações e/ou desenvolva projectos/trabalho em parceria, diga quais os motivos que estão na base dessa filiação e/ou do estabelecimento de relações de parceria com outras entidades.

Ver benefícios que a instituição perspectiva nessas relações que mantém com entidades externas

23. Quais os custos/dificuldades que decorrem (para a instituição) do desenvolvimento de trabalho em parceria com outras entidades?

Menor liberdade de acção, maior dispendio de energia para a instituição, surgimento de conflitos, etc.

24. Como é que a instituição perspectiva o desenvolvimento de futuros trabalhos/projectos em parceria?

Ver também da dificuldade / facilidade em estabelecer relações de parceria

## V. RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

25. De que instalações dispõe a instituição para o exercício das suas actividades?

|                            |                          |   |                          |                              |                          |
|----------------------------|--------------------------|---|--------------------------|------------------------------|--------------------------|
| 25.1 Sala de convívio..... | <input type="checkbox"/> | 25.7 Pavilhão polivalente.....                  | <input type="checkbox"/> | 25.13 Centro de dia.....     | <input type="checkbox"/> |
| 25.2 Bar.....              | <input type="checkbox"/> | 25.8 Sala de leitura.....                       | <input type="checkbox"/> | 25.14 Creche/infantário..... | <input type="checkbox"/> |
| 25.3 Biblioteca.....       | <input type="checkbox"/> | 25.9 Campo de futebol.....                      | <input type="checkbox"/> | 25.15 Outro. Qual? _____     | <input type="checkbox"/> |
| 25.4 Salão de Festas.....  | <input type="checkbox"/> | 25.10 Campo polidesportivo.....                 | <input type="checkbox"/> | 25.16 Outro. Qual? _____     | <input type="checkbox"/> |
| 25.5 Sala de jogos.....    | <input type="checkbox"/> | 25.11 Sala de reuniões.....                     | <input type="checkbox"/> | 25.17 Outro. Qual? _____     | <input type="checkbox"/> |
| 25.6 Ginásio.....          | <input type="checkbox"/> | 25.12 Gabinetes de atendimento à população..... | <input type="checkbox"/> | 25.18 Outro. Qual? _____     | <input type="checkbox"/> |

26. Quais os equipamentos que a instituição tem disponíveis para o desenvolvimento das suas actividades?

|                                   |                          |                               |                          |  |                          |
|-----------------------------------|--------------------------|-------------------------------|--------------------------|--|--------------------------|
| 26.1 Equipamento de luzes.....    | <input type="checkbox"/> | 26.5 Aparelhagem audio.....   | <input type="checkbox"/> | 26.9 DVD.....                            | <input type="checkbox"/> |
| 26.2 Equipamento informático..... | <input type="checkbox"/> | 26.6 Projector de cinema..... | <input type="checkbox"/> | 26.10 Amplificador e colunas de som..... | <input type="checkbox"/> |
| 26.3 Máquina fotográfica.....     | <input type="checkbox"/> | 26.7 Televisão.....           | <input type="checkbox"/> | 26.11 Outro. Qual? _____                 | <input type="checkbox"/> |
| 26.4 Projector de slides.....     | <input type="checkbox"/> | 26.8 Câmara de filmar.....    | <input type="checkbox"/> | 26.12 Outro. Qual? _____                 | <input type="checkbox"/> |

27. Esses recursos - instalações e equipamentos - são suficientes para as actividades da instituição? Que necessidades existem a este nível?



28. Diga agora como é que se caracteriza em termos financeiros a instituição?

Equilíbrio de contas, carácter interno ou externo das principais fontes de receita

29. Refira-se agora, em específico, às fontes de financiamento da instituição...

29.1 No cômputo geral em que medida é que as várias fontes próprias de receita da instituição contribuem para o seu orçamento anual?

|                         | Não contribui nada       | Contribui pouco          | Contribui de forma moderada | Contribui muito          |                         | Não contribui nada       | Contribui pouco          | Contribui de forma moderada | Contribui muito          |
|-------------------------|--------------------------|--------------------------|-----------------------------|--------------------------|-------------------------|--------------------------|--------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| 29.1.1 Quotas.....      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/> | 29.1.4 Bar.....         | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/> |
| 29.1.2 Alugeres.....    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/> | 29.1.5 Actividades..... | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/> |
| 29.1.3 Publicidade..... | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/> | 29.1.6 Outros.....      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/> |

29.2 E as suas fontes externas (entendidas individualmente), em que medida é que contribuem para o orçamento da instituição?

|   | Não contribui nada       | Contribui pouco          | Contribui de forma moderada | Contribui muito          |
|---|--------------------------|--------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| 29.2.1 Comparticipações, subsídios ou apoios da Junta de Freguesia..... | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/> |
| 29.2.2 Comparticipações, subsídios ou apoios da Câmara Municipal.....   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/> |
| 29.2.3 Comparticipações, subsídios ou apoios do Governo/Estado.....     | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/> |

|   | Não contribui nada | Contribui pouco | Contribui de forma moderada | Contribui muito |
|---|--------------------|-----------------|-----------------------------|-----------------|
| 29.2.4 Comparticipações, subsídios ou apoios da Administração Pública.....            | 1                  | 2               | 3                           | 4               |
| 29.2.5 Comparticipações, subsídios ou apoios provenientes de Fundos Comunitários..... | 1                  | 2               | 3                           | 4               |
| 29.2.6 Donativos de associados.....   | 1                  | 2               | 3                           | 4               |
| 29.2.7 Donativos de terceiros.....  | 1                  | 2               | 3                           | 4               |
| 29.2.8 Outras fontes de receita. Quais? _____   | 1                  | 2               | 3                           | 4               |

## VI. ACTIVIDADES/PROJECTOS DESENVOLVIDOS

30. Quais as populações específicas que a instituição pretende atingir/envolver directamente com a sua acção?

Tentar especificar origem residencial, tipo de problemáticas presentes

31. Existem já diagnósticos sociais realizados acerca das populações/problemáticas que constituem o alvo privilegiado da acção da instituição?

Perceber quais os diagnósticos e que tipo de uso a instituição faz deles

32. A instituição mobiliza estratégias para garantir o envolvimento da população na própria realização das actividades que lhes são dirigidas? A que níveis?

Ver que tipo de estratégias são mobilizadas neste âmbito. Caso necessário, pedir para especificar actividades concretas

33. Descreva agora sucintamente os principais impactos e resultados da acção desenvolvida pela instituição junto da sua população-alvo

RESULTADOS: o que é realizado/alcançado directamente pelo acção desenvolvida; IMPACTOS: o que fica para o futuro...

34. Quais são as principais dificuldades sentidas pela instituição na implementação das suas actividades?

35. Como é que acha que as dificuldades sentidas podem ser ultrapassadas ou, pelo menos, minimizadas?

36. A instituição contempla mecanismos específicos de avaliação das actividades desenvolvidas? Que mecanismos são esses?

O que a instituição faz para avaliar as actividades que desenvolve

## VII. REPRESENTAÇÕES SOBRE O TERRITÓRIO E O COMBATE À EXCLUSÃO SOCIAL

37. Quais os principais problemas/necessidades que considera que afectam as populações locais?

38. Esse problemas são comuns a toda a zona de intervenção ou a sua gravidade varia consoante a população e o bairro específico que se fale? Há bairros mais problemáticos do que outros?

Ver hierarquia dos problemas nos diferentes (cinco) bairros e diferentes populações presentes (crianças, jovens, idosos, desempregados)

39. Quais os principais factores/processos/mecanismos que estão na origem dos problemas/necessidades (exclusão social) que se verificam no território?

40. A quem considera que cabe (quais os actores individuais e/ou institucionais), de uma forma geral, a responsabilidade de combater os problemas da marginalidade e da exclusão social numa sociedade?

Ver papel do Estado, das organizações (com (empresas) e sem fins lucrativos) e das próprias populações marginalizadas/excluídas

41. Como é que avalia, de um modo geral, as políticas e práticas de combate à exclusão social no Vale de Alcântara?

[Empty orange box for response]

Sucesso/insucesso, impacto, dificuldades, suficiência dos recursos institucionais existentes, níveis de integração e articulação das intervenções realizadas, o que pode melhorar

42. Quais os projectos que conhece que trabalham com a população do Vale de Alcântara?

[Empty orange box for response]

Caso o entrevistado foque o CR ou o FP perguntar o que acha do trabalhos desenvolvido por esses projectos

43. Considera que a população local está aberta/receptiva às práticas/actividades da instituição e às práticas interventivas em geral?

[Empty orange box for response]

Ver se se colocam obstáculos a este nível... E que obstáculos são esses e que formas são passíveis de ser mobilizadas para os minorar

44. Finalmente, dos seguintes instrumentos de gestão, quais aqueles que a instituição utiliza?

|   | SIM                      | NÃO                      |              |                          |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| 44.1 Política de Qualidade.....                       | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |              |                          |
| 44.2 Contabilidade organizada.....                    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |              |                          |
| 44.3 Mecanismos de diagnóstico.....                   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |              |                          |
| 44.4 Mecanismos de avaliação.....                     | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |              |                          |
| 44.5 Organigrama.....                                 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | a requisitar | <input type="checkbox"/> |
| 44.6 Plano de comunicação interno.....                | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | a requisitar | <input type="checkbox"/> |
| 44.7 Plano de marketing.....                          | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | a requisitar | <input type="checkbox"/> |
| 44.8 Planos de funções e manual de procedimentos..... | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | a requisitar | <input type="checkbox"/> |
| 44.9 Planos de formação.....                          | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | a requisitar | <input type="checkbox"/> |
| 44.10 Planos e relatórios de actividades.....         | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | a requisitar | <input type="checkbox"/> |

**a entrevista chegou ao fim  
MUITO OBRIGAD@ PELA SUA PARTICIPAÇÃO**

Data de realização \_\_\_\_\_